

ENIO JIRKOWSKY MOTTA

**A EVOLUÇÃO RECENTE DA PROPRIEDADE E USO DA TERRA NO PARANÁ E
O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA**

Proposta de trabalho de graduação
apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof. Pulquerio Figueiredo
Bittencourt

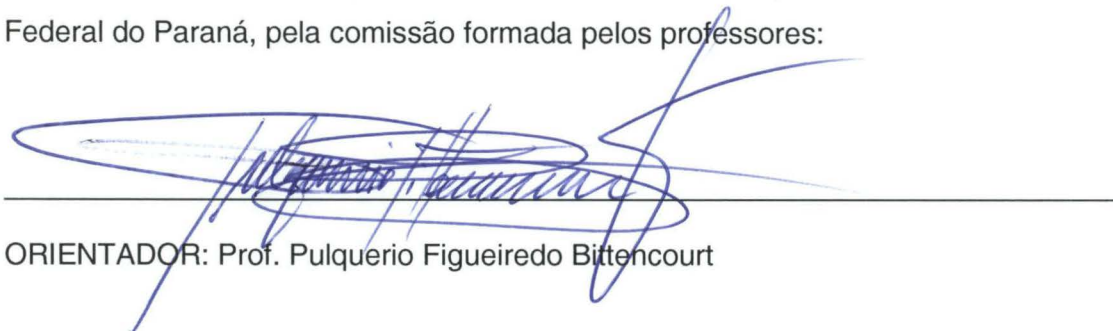
**CURITIBA
2013**

TERMO DE APROVAÇÃO

ENIO JIRKOWSKY MOTTA

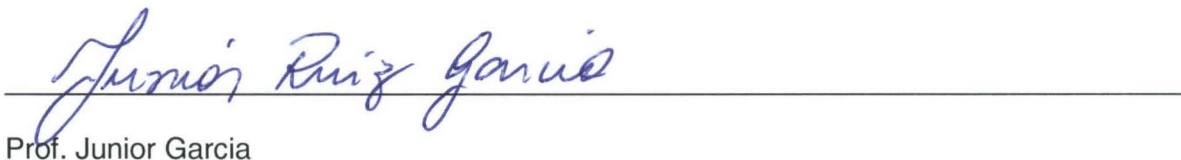
A EVOLUÇÃO RECENTE DA PROPRIEDADE E USO DA TERRA NO PARANÁ E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela comissão formada pelos professores:



ORIENTADOR: Prof. Pulquerio Figueiredo Bittencourt

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Junior Garcia



Prof. Marcos Paulo Fuck

CURITIBA, 15 de maio de 2013.

RESUMO

Atualmente é possível observar cada vez mais a presença de diferentes e avançadas tecnologias no setor agrícola. Este estudo tem como objetivo geral analisar o processo de ocupação e colonização do território paranaense e as transformações vivenciadas na agricultura do Estado no período compreendido pelo avanço da modernização da agricultura. A pesquisa realizada é de metodologia documental, com ênfase na relação entre fatores econômicos, demográficos e sociais da relação entre ocupação e o desenvolvimento da agricultura no Estado. O referencial teórico é fornecido por economistas e geógrafos brasileiros que discorrem sobre a ocupação e a colonização do território paranaense e a utilização da terra, bem como a modernização da agricultura, bem como as relações de causalidade e efeito.

Palavras-chaves: Ocupação e Colonização do Paraná, Demografia, Propriedade da terra, Desenvolvimento, Modernização da Agricultura,

ABSTRACT

Currently you can see increasingly the presence of different and advanced technologies in the agricultural sector. This study aims at analyzing the process of occupation and colonization of the territory of Paraná and the transformations experienced in agriculture state in the period by the advance of modernization of agriculture. The research methodology is a documentary, focusing on the relationship between economic, demographic and social relationship between occupation and development of agriculture in the state. The theoretical framework is provided by Brazilian economists and geographers who talk up the occupation and colonization of the territory of Paraná and land use, as well as the modernization of agriculture, as well as the causal relationships and effect.

Keywords: Occupation and Colonization of Paraná, Demography, Land ownership, Development, Modernization of Agriculture

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 – VARIAÇÃO NO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS NO PERÍODO 1960-70, SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS, POR ESTRATOS DE ÁREA TOTAL.....	25
TABELA 2.2 – VARIAÇÕES NA CONDIÇÃO DO PRODUTOR 1960/70.....	25
TABELA 2.3 – ÁREA MÉDIA SEGUNDO AS CATEGORIAS DE POSSE.....	26
TABELA 2.4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS, POR MICRORREGIÕES - PARANÁ – 1960.....	27
TABELA 2.5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS, POR MICRORREGIÕES - PARANÁ – 1970.....	29
TABELA 2.6 – ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO SEGUNDO A POSSE DA TERRA NO PARANÁ – 1970.....	30
TABELA 2.7 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DAS GRANDES CATEGORIAS DE USO, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR NO PARANÁ – 1960/70 ha.....	32
TABELA 2.8 – PORCENTAGEM DA ATIVIDADE PRINCIPAL DOS ESTRATOS DA ÁREA TOTAL.....	33
TABELA 2.9 – ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO SEGUNDO O USO DA TERRA NO PARANÁ 1960-70.....	33
TABELA 2.10 – PORCENTAGEM DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PARANÁ SEGUNDO A CONDIÇÃO DO OCUPANTE - 1970-2006.....	34
TABELA 2.11 - PERCENTUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PARANÁ SEGUNDO A CONDIÇÃO DO OCUPANTE - 1970-2006.....	35
TABELA 2.12 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PARANÁ POR ESTRATOS DE ÁREA - 1970-2006.....	36
TABELA 2.13 - PORCENTAGEM DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO PARANÁ 1970-2006.....	36
TABELA 3.1 – NÚMERO DE TRATORES NO BRASIL 1920-2006.....	42

TABELA 3.2 NÚMERO DE TRATORES NO PARANÁ CONFORME OS CENSOS 1970 – 2006.....	42
TABELA 3.3 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PARANÁ 1970 – 2006.....	49
TABELA 3.4 ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PARANÁ 1970 – 2006.....	50
TABELA 3.5 – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM 1.000 HA OU MAIS NO PARANÁ 1970 – 2006.....	50
TABELA 3.6 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL NO PARANÁ NO PERÍODO DE 1940 A 2010.....	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE	11
2.1 A DIVISÃO GEOGRÁFICA DO PARANÁ	11
2.2 AS FASES DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE	13
2.3 IMIGRAÇÃO	18
2.3.1 Reflexões históricas da propriedade da terra no Paraná	19
2.4 PROPRIEDADE, POSSE E SUBDIVISÃO DA TERRA	24
2.5 USO DA TERRA 1960-1970	31
2.6 PANORAMA DA POSSE E USO DA TERRA 1970-2006	34
3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	38
3.1 OS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS	38
3.2 O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO BRASIL E NO PARANÁ	40
3.3 CONSEQUÊNCIAS TRAZIDAS PELA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	45
3.3.1 Desigualdades sociais e regionais no campo	45
3.3.2 A redução no número de estabelecimentos agropecuários	48
3.3.3 O êxodo rural	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
5 REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

No Paraná, a agricultura já era explorada antes de sua colonização, se desenvolveu e foi o grande responsável pela formação econômica do Estado.

Ao analisar as fases da ocupação do território paranaense, distingue-se primeiramente a cultura da erva-mate, como principal representante agrícola do período colonial no Estado. No período correspondente ao final do século XIX e início do século XX aponta-se a exploração da madeira, que, com a introdução de capital estrangeiro, passou a ser exportada de forma incisiva. Mais tarde, visualiza-se o predomínio do café, principalmente no Norte do Estado, cujo cultivo foi impulsionado pelo desdobramento desta atividade no Estado de São Paulo. O café, de fato foi a principal cultura desenvolvida em terras paranaenses até então, sobretudo nas pequenas propriedades, fazendo com que o Paraná se tornasse o maior produtor deste bem no Brasil, atingindo a marca de quase 50% de toda a produção nacional no final da década de 60.

A última fase do processo de ocupação do território paranaense foi marcada pela diversificação da agricultura paranaense. Novos produtos passaram a ser cultivados, dentre eles o algodão, milho, feijão, arroz, cana de açúcar, amendoim, fumo, hortelã e principalmente a soja. Esta última teve uma ascensão em progressão geométrica proporcionada pela utilização de novas tecnologias de mecanização, adubos e sementes. No Norte do Estado, este grande crescimento é influenciado positivamente pelo declínio da cafeicultura.

Os interesses da aliança formada pelo Estado, grandes empresas de capital nacional e internacional foram fundamentais para a consolidação da modernização da agricultura, movimento que caminha junto com a ocupação do território paranaense. O período compreendido entre 1930-1945 é marcado por um redirecionamento técnico e científico da pesquisa agrônômica no país, com a criação, em âmbito federal, de muitos postos de experimentação, ou estações experimentais. Não obstante, foram criados campos de cooperação, com a finalidade de distribuição de sementes selecionadas, nos quais realizavam experiências de novas técnicas e novos insumos (Szmerecsányi e Ramos, 1994).

As condições técnicas e econômicas da produção rural brasileira evoluíram muito lentamente no período anterior à segunda Guerra Mundial, só vindo a incorporar mudanças técnicas “modernas” praticamente dos anos 50 e 60 em diante. Apesar disso, o crescimento da produção agrícola, mesmo no período recessivo posterior a crise de 1929, foi positivo. (DELGADO, 1996).

Com aceleradas industrialização e urbanização, pelo qual passou a economia brasileira desde 1930, formou-se condições para a transformação técnico-científica da agricultura. Isso ocorreu, principalmente no período de 1965 a 1980, auge da “modernização conservadora”.

Delgado (1996, p. 4) define a modernização conservadora como um subperíodo do processo de modernização agrícola do Estado:

(...) é o de 1965-1980 e constitui com muito maior clareza a etapa do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial, e com o setor externo. A chamada modernização conservadora da agricultura nasceu com a derrota do movimento pelo reforma agrária. Tratava-se ainda de uma resposta à política agrícola dominada excessivamente pela prioridade da valorização cafeeira e ao regime cambial dos anos 50. Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agroindustriais no Brasil.

É importante ressaltar, que com a modernização da agricultura, o homem passa a ter mais controle sobre a natureza, o que o torna, muitas vezes não tão dependente dela para o plantio, cultivo, irrigação, etc. Graziano da Silva aponta isso sob a forma de uma “destruição” da economia natural. Sendo assim:

Quando se incorpora ao processo de produção agrícola os insumos (adubos e máquinas) há um rápido incremento de produtividade, e conseqüentemente, uma destruição da economia natural, ou seja, a técnica passa a controlar a natureza. Um solo impróprio para o plantio é corrigido, onde falta água, irriga-se, as pragas e doenças são combatidas com defensivos (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.3).

Com a introdução de novas tecnologias no setor agrícola, certamente, espera-se que ocorra também novos tipos de cultivos, ou de novos produtos, que até então não

tinham uma representatividade muito grande para a economia agrícola de determinado país ou região.

Em 1969, a criação da Comissão Estadual de Sementes de Soja no Paraná, influenciou positivamente expansão da soja no referido Estado, normalizando a produção de sementes. Em 1972, a criação do Instituto Agrônômico do Paraná – IAPAR através de uma equipe de pesquisadores para essa cultura e também a participação de cooperativas na execução de experimentação regional das sementes e do Instituto Privado de Óleo (INSTIÓLEOS), ofereceu suporte financeiro para a cultura da soja.

O IAPAR, não representa, necessariamente, a primeira experiência de pesquisa agrícola paranaense, pois, até este período, atuavam no Estado: o IBPT - Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, em Curitiba, o IPEAME - Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária Meridional, com estações experimentais em Ponta Grossa, Curitiba e Londrina, a Secretaria da Agricultura, entre outros. O diferencial, para as demais empresas estaduais de pesquisa, era que o IAPAR figurava juridicamente como Fundação, e seus diretores não eram indicados pela Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (MELLO, 1995).

A fundação do ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas também foi um fator responsável para a eclosão da modernização da agricultura no Estado, pois este tinha como responsabilidade principal atuar como provedor de necessidades de infraestrutura e assistência técnica principalmente em culturas como a soja.

Este conjunto de inovações no setor agrícola pode ter relação com o desaparecimento de um grande número de pequenas propriedades no Paraná entre as décadas de 70 e 80 e com o surgimento de questões agrárias e lutas pela posse da terra, resultando no surgimento de movimentos sociais defensores da reforma agrária como o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

A justificativa para este estudo concentra-se no fato de que a agricultura é hoje uma das principais formas de criação de riqueza não só no Paraná, como no mundo todo. Alguns produtos cultivados como soja, café, açúcar, algodão possuem forte participação nas bolsas de commodities, tamanha é a representatividade destes no comércio internacional.

No início de 2010, segundo dados apresentados pelo próprio governo federal, em seu site, um em quatro produtos do agronegócio em circulação no mundo eram brasileiros, e a projeção do Ministério da Agricultura é que, até 2030, um terço dos produtos comercializados sejam do Brasil, em função da crescente demanda dos países asiáticos.

Desta forma, se propõe como objetivo geral deste trabalho analisar o processo de ocupação e colonização do território paranaense e as transformações vivenciadas na agricultura do Estado no período compreendido entre o avanço da modernização da agricultura (1960) e o último censo agropecuário realizado (2006). Neste contexto estão inseridos quesitos como o tipo de cultura, posse, propriedade e uso da terra. Os objetivos específicos estão centrados em investigar as principais consequências trazidas processo de modernização da agricultura em âmbito socioeconômico.

A pesquisa será documental e quantitativa, a linha teórica será constituída de artigos e teses de autores nacionais que norteiam a história da agricultura paranaense e a modernização da mesma. Também serão utilizados dados do Censo Agropecuário brasileiro correspondente ao tema proposto para o estudo.

No Capítulo 2 será apresentado o contexto histórico da colonização paranaense até a década de 1960. Também serão expostos dados que caracterizaram a o histórico de ocupação das terras no Estado. Serão abordadas questões como posse, propriedade e uso da terra. No Capítulo 3 será abordado o processo de modernização agrícola, e também apontará causas e consequências advindas deste processo.

2 COLONIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE

Neste capítulo, primeiramente será explorada a divisão geográfica atual do território paranaense. O Estado do Paraná está dividido em 10 mesorregiões nas quais estão inseridas 39 microrregiões, e, dentro destas microrregiões estão dispostos todos os municípios do Estado, nos tópicos seguintes os principais temas abordados serão a colonização do Estado do Paraná e sua formação econômica, bem como a evolução do processo de ocupação de terras no Estado.

2.1 A DIVISÃO GEOGRÁFICA DO PARANÁ

O conceito de mesorregião geográfica está relacionado a uma área individualizada dentro de uma unidade federativa. Uma mesorregião é formada por inúmeras microrregiões, alinhadas por características sociais e localização das atividades produtivas em comum. Cavalheiro, et. al., (2006) afirma que esses elementos comuns dentre as várias cidades que compõe uma mesorregião são construídos a partir de um processo histórico e na dinâmica regional das atividades produtivas. Sendo assim:

(...) para analisar a dinâmica regional, é preciso conhecer a estrutura setorial-produtiva e verificar as transformações dessa estrutura no decorrer do tempo, que traz impacto ao seu padrão de crescimento e de desenvolvimento econômico. Na análise da dinâmica regional, a região está relacionada à idéia de que áreas geográficas podem estar ligadas como um conjunto único em virtude de suas características. Estas características são as estruturas de produção, padrões de consumo, distribuição da força de trabalho e elementos culturais, sociais e políticos (CAVALHEIRO, et. al. 2006, p. 8).

Percebe-se, de fato, que ao estudar o desenvolvimento econômico de uma região, é possível traçar uma série de características comuns entre as cidades que, no caso, irão compor estas regiões. Dentre os fatores apontados, existem os de cunho geográfico, como solo e clima e também características econômicas como estruturas de produção, padrões de consumo, além de elementos culturais e políticos.

São dez (10) as mesorregiões geográficas do Paraná, e cada uma delas estão divididas em microrregiões. A figura abaixo demonstra as 10 mesorregiões que compõe

a divisão geográfica do Estado do Paraná, na sequência será apresentada a listagem das microrregiões.

Figura 1.1 – MAPA DAS MESORREGIÕES PARANAENSES



- Mesorregião do Centro Oriental Paranaense: formada pelas microrregiões de Telêmaco Borba, Jaguariaíva e Ponta Grossa
- Mesorregião do Centro-Sul Paranaense: formada pelas microrregiões de Pitanga, Guarapuava e Palmas.

- Mesorregião Metropolitana de Curitiba: formada pelas microrregiões de Cerro Azul, Lapa, Curitiba, Paranaguá e Rio Negro.
- Mesorregião do Noroeste Paranaense: formada pelas microrregiões de Paranavaí, Umuarama e Cianorte.
- Mesorregião do Norte Central Paranaense: formada pelas microrregiões de Astorga, Porecatu, Floraí, Maringá, Apucarana, Londrina, Faxinal e Ivaiporã.
- Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense: formada pelas microrregiões de Assaí, Cornélio Procopio, Jacarezinho, Ibaiti e Wenceslau Braz.
- Mesorregião do Oeste Paranaense: formada pelas microrregiões de Toledo, Cascavel e Foz Do Iguaçu.
- Mesorregião do Sudeste Paranaense: formada pelas microrregiões de Prudentópolis, Irati, União Da Vitória e São Mateus Do Sul.
- Mesorregião do Sudoeste Paranaense: formada pelas microrregiões de Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco

Determinadas as mesorregiões geográficas que compõe o Estado, o próximo passo será analisar a colonização do Estado e o processo de ocupação do território paranaense.

2.2 AS FASES DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE

O processo de ocupação do território paranaense, assim como a evolução da estrutura agrária do estado pode ser dividido em etapas. Conforme o pensamento de Konzen e Zapparoli (1990, p. 159-161), são sete grandes ciclos que compõe todo o processo de ocupação. Dentre eles:

- Escravo-indígena: Inicia-se com as reduções jesuítas até a vinda dos bandeirantes paulistas.
- Mineração: Inicia-se com a busca do ouro, entre o final do século XVI e o início do século XX. Nesta fase, ocorre o surgimento dos primeiros povoados portugueses instalados no litoral. A exemplo disso, pode-se citar

o surgimento de povoados em Morretes e Paranaguá. Com a decadência da mineração, a atividade primordial passa a ser a agricultura de subsistência.

- Tropeirismo: Foi considerada por muitos uma ocupação esparsa, mas contribuiu bastante para o surgimento de cidades importantes, como Ponta Grossa, Palmas e Guarapuava, que serviram como passagem das tropas.
- Erva-mate: Desempenhou importante papel desde o período colonial no Estado.
- Madeira: Este ciclo corresponde ao período entre o final do Século XIX e o início do século XX. Além de a exploração ser feita para o mercado interno, com a participação de capital estrangeiro passou a fazer parte da pauta de exportações do Estado.
- Café: Inicia sua expansão a partir da crise da economia ervateira e o avanço da madeireira. A cafeicultura foi dinamizada no norte do Paraná, atuando quase como uma extensão do café paulista. O norte velho (compreendido entre os rios Itararé e Tibagi) foi a primeira região a ser ocupada, pelos pioneiros. Com o passar do tempo a cafeicultura foi amplamente difundida, o cultivo de dava principalmente nas pequenas propriedades.
- Soja, policultura e pecuária: A última etapa do processo de ocupação do Estado do Paraná se deu a partir do ano de 1950. Esta fase é caracterizada pela diversificação da agricultura paranaense, representada por produtos como algodão, milho, feijão, arroz, cana de açúcar, amendoim, fumo, hortelã e soja. Nas regiões noroeste, oeste e sudoeste, intensificou-se a criação de bovinos e suínos. Já a soja, teve uma expansão meteórica, a partir implementação de novas tecnologias agrícolas e variedades de adubos e sementes. No norte esta expansão é impulsionada pelo declínio da cafeicultura.

Machado (1968), também discorre a respeito deste assunto, no entanto o autor destaca a presença de três ondas de povoamento em períodos e circunstâncias distintas em consonância com os grandes ciclos econômicos verificados no Estado. Estes movimentos, por sua vez, delimitaram contornos regionais de três grandes comunidades do Estado. Assim, a primeira onda corresponde à região do Paraná Tradicional (área litorânea, polarizada por Paranaguá, passando por Curitiba e que abrange vastas regiões de Campos no Centro-Sul do Estado), que centralizava suas atividades na pecuária extensiva, e nas indústrias do mate e da madeira.

Ainda segundo o autor, a segunda onda ocorreu em meados da década de 1920 e corresponde ao povoamento do Norte do Estado, cuja atividade principal foi o prolongamento da cafeicultura paulista. Nesta região, predominavam-se as “terras roxas”, consideradas muito férteis e propícias para tal cultura. Finalmente, a terceira frente ocupacional envolveu a região do Oeste e do Sudoeste do Estado, neste contexto, destaca-se, uma corrente migratória formada por trabalhadores vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, cujas atividades econômicas principais eram a policultura agrícola alimentar e a pecuária suína.

É importante ressaltar que estas fases do processo de ocupação do território paranaense não se constituíram de forma isolada. Isto é existiram fases que conviveram conjuntamente. A exemplo disso pode-se citar a etapa da exploração da madeira, que a princípio, quando voltada para o mercado interno, se relacionou com a economia do mate. O pensamento de Fajardo (2007, p. 3) reforça esta explanação:

É preciso deixar claro que essas fases da economia paranaense (basicamente resumidas na estruturação da produção agrícola) não se sucederam uma suprimindo a outra. Na realidade, houve sempre a presença das atividades de uma ou outra fase ao mesmo tempo, mas de modo em que a crise de uma elevasse a participação da outra. O esgotamento de uma atividade, ainda que nunca por completo, se daria então como um processo de declínio da produção. Pode-se notar atualmente inclusive, a atividade ervateira e madeireira ainda presentes em certas regiões do Paraná, porém num contexto diferente da época em que possuíram um papel decisivo nos intuitos da constituição da autonomia econômica estadual.

Percebe-se, de fato, efeitos ainda existentes advindos da relação entre estas duas etapas da economia paranaense em algumas regiões do Estado. Hoje, ainda é

possível identificar este tipo de transposição, pois em algumas regiões do Estado estão presentes as atividades de cultivo da erva mate e da extração de madeira coexistindo de forma harmoniosa, porém, desenvolvendo um papel menos importante e decisivo para a prosperidade agrícola do Estado.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Wachowicz (1987, *apud* Lima, Rippel e Stamm, 2006)¹, destaca que o ciclo da erva-mate corresponde ao primeiro ciclo econômico ao qual se deparou e economia paranaense. Foi iniciado por volta de 1840 e permaneceu em ascensão, segundo Padis (1981), até o início do século XX, quando o aumento das áreas correspondentes aos setores madeireiro e cafeeiro absorveu a mão de obra evasiva em decorrência da estagnação do setor ervateiro.

Outro ponto que merece destaque é o tropeirismo. Para atender às necessidades de alimentação e transporte dos mineradores das Minas Gerais, ocorreu uma grande procura de vacas, cavalos e mulas. Por volta de 1720, os paulistas começaram a buscar o gado do Rio Grande do Sul. Alguns anos depois, foi aberto o caminho Viamão-Sorocaba, que tinha como principal objetivo viabilizar o transporte de animais para o sudeste. A região demarcada pelo “caminho do gado” viu na pecuária extensiva uma atividade muito produtiva. Sendo assim:

Resultado desse fluxo, onde gado e charque oriundos do Rio Grande do Sul com destino à Sorocaba (e de lá em direção ao abastecimento zonas de mineração em Minas Gerais) atravessavam o território paranaense, muitos povoados e, posteriormente, cidades, são fundados, tendo como atividade principal a própria pecuária extensiva. Essa atividade desenvolve-se, sobretudo, nas áreas de campo. Um exemplo claro dessa ocupação tradicional dos campos com pecuária é a do município de Guarapuava. Tal fato repetiu-se na fundação de povoados que originaram cidades nos campos gerais e mesmo na região de Curitiba (BERNARDES, 1953, p. 338).

De fato, a citação acima denota a importância do tropeirismo e conseqüentemente, da pecuária para o surgimento de cidades nos campos gerais e na região de Curitiba.

Com relação à extração de madeira, ressalta-se o fortalecimento do mercado interno como a grande força motriz para o desenvolvimento desta atividade. Seguindo o

¹ WACHOWICZ, R. C. Norte velho, Norte Pioneiro: Curitiba, Paraná, Vicentina, 1987.

pensamento de Lima, Rippel e Stamm (2006), o setor madeireiro também foi bastante influenciado pelas guerras ocorridas no século XX. Durante a Primeira Guerra Mundial (1919-1934), a madeira já ocupava o primeiro lugar no ranking das vendas paranaenses, sendo os países da Europa os principais importadores do produto. Com a Segunda Guerra Mundial, o Paraná foi obrigado a suspender suas exportações de madeiras à Europa, em virtude de problemas originados a partir do conflito. No período pós-guerra, a exportação do produto foi retomada e impulsionada por programas de reconstrução dos países arrasados pela guerra. O ciclo econômico da madeira perdurou até o ano de 1964.

No entanto, nem a atividade de extração de madeira, nem a pecuária proporcionaram uma ocupação efetiva da terra. A madeira era explorada de forma totalmente predatória e itinerante, sem intenção de reflorestamento, ao passo que na pecuária (bastante desenvolvida nas regiões de Ponta Grossa e Guarapuava), determinou o aparecimento de uma estrutura de propriedade nos moldes do latifúndio. Destaca-se que a relação trabalho-capital na atividade pecuária costuma ser pequena, pouco contribuindo para a concentração populacional e o povoamento da região (PADIS, 1981).

A cafeicultura, como já foi citada, se desenvolveu no Estado a partir do desdobramento da atividade da economia paulista. O ciclo do café contribuiu de forma significativa e única para a formação da economia paranaense. O produto foi o responsável pela transformação de vazios geográficos em regiões prósperas e urbanizadas, pois foi o atrativo para diversas ondas migratórias, tanto de mineiros, quanto paulistas, além dos imigrantes europeus e asiáticos (OLIVEIRA, 2009).

A última fase do desenvolvimento agrário paranaense teve sua expansão marcada pela implantação de novas tecnologias no setor. Neste contexto, pode-se enfatizar o papel da soja, como representante principal no processo de modernização da agricultura. Conforme o pensamento de Fleischfresser (1988), citado por Belusso e Serra (2006, p.29) a soja “é o produto representativo da modernização da base técnica da agricultura (...)”. O processo de modernização da agricultura será mais bem abordado no terceiro capítulo deste estudo, outrossim, os tópicos a seguir mostrarão mais a fundo a ocupação do território paranaense, enfatizando a forma como foram

adquiridas as terras, os principais imigrantes e ocupantes, e também a mão de obra utilizada nessas terras.

2.3 IMIGRAÇÃO

É sabido que a população paranaense é formada por vários grupos étnicos, dentre eles, italianos, poloneses, alemães, russos e ucranianos. Os povos predominantemente europeus são os que mais figuram entre as principais descendências encontradas no Estado.

O processo imigratório no Paraná tem origem com a movimentação de expedições estrangeiras à procura de madeira de lei. Mais tarde, com a descoberta de ouro, portugueses e paulistas passaram a ocupar a região também à procura de escravos. Até o século XVIII existiam apenas duas vilas no Estado, Curitiba e Paranaguá, o que atrasou o processo de ocupação definitiva da área, que pertenceu à província de São Paulo (HAURESKO E MOTEKA, 2008, p. 2-3).

Atualmente é possível vislumbrar vários grupos de trabalhadores que compõe a força braçal no campo.

Segundo o pensamento de Graziano da Silva (1996) existem 3 grupos majoritários de produtores rurais, presentes na agricultura brasileira e consequentemente paranaense. O primeiro grupo corresponde aos grandes proprietários e capitalistas agrários, que exercem a função de administração das propriedades. A segunda classe é formada pelas empresas familiares, que contratam trabalhadores assalariados permanentes, mas se envolvem diretamente no processo produtivo. Por fim, existe um grande número de trabalhadores dispostos em pequenas áreas e com uma mínima mobilidade de capital (não possuem usos alternativos para seus equipamentos e de acesso a outros mercados), os chamados trabalhadores camponeses.

A próxima seção irá discorrer sobre a presença destes trabalhadores e a sua participação na formação da agricultura paranaense.

2.3.1 Reflexões históricas da propriedade da terra no Paraná

A Europa, no início do século XIX, convivia com desequilíbrios demográficos e econômicos em vários países como Rússia, Polônia, Alemanha e Itália. Neste contexto, a busca por melhores condições de vida surge como motivação para os imigrantes. Desta forma:

A partir de 1808 com a vinda de D. João VI, o Brasil oferece uma política reservada à imigração e colonização, admitindo aos estrangeiros o acesso à propriedade fundiária. Havia na Europa no começo do século XIX, um grande contingente populacional disposto a emigrar para a América em busca de condições de vida favoráveis, devido principalmente aos desequilíbrios demográficos e econômicos. Soma-se ao contexto, a grande propaganda realizada pelo Brasil nestes países, demonstrando certa “facilidade” na aquisição de terras, grande abundância de trabalho com várias possibilidades de enriquecer e assim viver com dignidade aqui. Escritos da época evidenciam o fascínio que a possibilidade de acesso a terra exerceu sobre os imigrantes, que aspiravam deixar da condição de classe proletária (HAURESKO; MOTEKA, 2008, p. 4).

A decisão executada por D. João VI, estava certamente atrelada às crises econômicas mundiais. De fato, nos países citados acima, se vivenciava uma deficiência de emprego e difícil acesso à propriedade da terra. Estas dificuldades aliadas à motivação da política de imigração adotada pelo Brasil favoreceu a entrada maciça do imigrante europeu no país, e consequentemente nas terras paranaenses (HAURESKO; MOTEKA, 2008).

Desde o ano de 1614, quando foi concedida a primeira carta de sesmarias no Estado, todo seu território se constituía em propriedade pública sob o domínio da Coroa portuguesa. O regime de sesmarias permanece no Brasil e consequentemente no Paraná até o ano de 1822, quando foi extinto por ato do Governo Imperial, pouco antes do País se tornar independente. Com a promulgação da primeira constituição, foi atribuída aos Estados, a competência para legislar sobre o destino das terras devolutas. Seguindo esta linha de pensamento, constata-se que após a sua emancipação, o Paraná ainda incorpora os mecanismos de acesso à terra vigentes antes de seu processo de emancipação, e a partir daí, desenvolve bases próprias que vão se sustentar principalmente pela colonização oficial e privada. Sendo assim, a colonização

estratégica passa a ser a mais utilizada forma de repartição da terra, outrossim, permanecem os meios ilícitos (sem amparo legal) da conquista da terra, representados pela posse e a grilagem (SERRA, 2009).

Percebe-se desta forma que a política de terras no Brasil passa a ser incisivamente redefinida a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850. No Paraná, somente após a sua emancipação, em 1853, é que foi incrementado um aparato jurídico de apropriação de terras no Estado.

Vale ressaltar que, o regime de sesmarias, não tinha vínculo com a atividade produtiva nas terras, ele era identificado com as propriedades improdutivas do Estado, um regime de cunho político, fundamentado na demonstração de poder, que beneficiava apenas uma parte da sociedade existente no campo. Os reflexos desta prerrogativa podem ser explicados através da citação abaixo:

O fato do interesse político, e não o vínculo com a atividade produtiva (...) vai gerar, também desde o início do processo de ocupação do espaço agrário paranaense, toda uma gama de dificuldades de acesso a terra por parte dessas mesmas camadas menos privilegiadas, social e economicamente falando. Nesse contexto o latifúndio, entendido como grande propriedade improdutiva tem suas raízes na história agrária paranaense, associado aos primeiros mecanismos jurídicos de apropriação da terra (SERRA, 2009, p. 2).

Situações em que os trabalhadores rurais, que mantinham vínculo com categorias de menor expressão, eram expulsos das terras que ocupavam (pois estas aparentemente não tinham “dono”) se tornaram comuns a partir do momento em que as correntes de ocupação alcançavam o litoral do Estado, a partir do século XVII. As posses “irregulares” seguidas da expulsão de posseiros “invasores” constituirão o embrião dos primeiros conflitos pela posse da terra no Paraná.

No início do século XIX, o processo de imigração europeia atinge o seu apogeu no Paraná. Em 1850, praticamente toda a mão de obra escrava é absorvida pelos grandes fazendeiros de São Paulo, para trabalhar nos cafezais. Isto ocorreu em virtude da proibição do tráfico de escravos.

Estes grandes fazendeiros com medo de perder a mão de obra escrava (tamanho era a pressão internacional para acabar com tal prática) pressionaram o governo, que aprovou a proibição do direito de quem trabalha poder adquirir a terra

onde vive por meio de ocupação. Esta era uma das cláusulas presentes na Lei de Terras de 1850, Como reflexos observados a partir desta lei, e os entendimentos que se sucederam a ela, Hauresko e Moteka (2008, p. 5) afirmam que:

Assim, ficam proibidas as aquisições de terras devolutas (públicas) por outro título que não seja o de compra. Era o que as elites necessitavam para garantir a posse de suas terras. A lei vigorou até a promulgação da constituição republicana de 1891, que dava autonomia aos Estados para decidir e tratar desta questão. No que diz respeito às leis agrárias, os Estados, com exceção de pequenas alterações, reafirmaram os princípios e normas da Lei de Terras.

Com a maciça absorção da mão de obra escrava na cafeicultura paulista, e consequente proibição do tráfico de escravos, ocorre a decadência da produção de alimentos básicos como feijão, milho e a mandioca, ocasionando uma crise de abastecimento. No Paraná predominava o cultivo da erva mate e a atividade pecuária nas grandes fazendas.

Ao longo desta década também se vivenciava um período de grande inflação dos preços de gêneros alimentícios, isso, aliado à escassez destes produtos nos mercados nacionais, preocuparam os políticos imperiais.

No Paraná, especialmente, a questão da destinação de terras devolutas teve um caráter ainda mais marcante, pois o Estado ainda estava vinculado em caráter de dependência ao Estado de São Paulo. A citação de Serra (2009, p. 3) reforça e explica essa ideia:

(...) a nova Lei teve particular importância no Paraná, levando em conta que foi editada apenas três anos antes do Paraná tornar-se Província independente de São Paulo (a emancipação foi em 1853). Com isso a nova Província pôde contar com os mecanismos de um instrumento legal recente para dar destinação ao que havia restado de seu estoque de terras devolutas.

Ao contrário do que ocorreu em São Paulo, onde a Lei 601 contribuiu para preservar o fornecimento de mão de obra à grande lavoura cafeeira diante da iminência do fim do trabalho escravo, garantindo neste e em outros aspectos a manutenção da grande propriedade, no Paraná o efeito maior foi garantir o domínio territorial da grande propriedade na sua condição de área improdutiva.

Sendo assim, se percebe que no Estado de São Paulo se vivenciava a escassez de mão de obra, que seria destinada à cafeicultura, ao passo que no Paraná,

a prerrogativa jurídica criada pela lei, aliada ao processo imigratório, serve de base para a criação de uma agricultura de abastecimento.

Seguindo esta linha de pensamento, Serra (2009, p. 6) destaca algumas outras leis que tiveram por finalidade reorganizar a estrutura fundiária no Brasil, e consequentemente no Paraná. Sendo assim:

Em 1892, o Estado edita a Lei número 68, garantindo o direito à propriedade aos detentores de cartas de sesmarias, na condição de que provassem moradia e exploração econômica da terra e que estabelecessem a medição e a demarcação seu domínio territorial. No ano seguinte, edita o Ato número 35 em que institucionaliza a comercialização das terras devolutas e estabelece os preços em que deveriam ser vendidas; através do mesmo Ato cria mecanismos para barrar o processo de apropriação irregular, ainda em andamento. Em 1907 publica o Decreto 218, em que são definidas as bases para o processo de colonização, privilegiando a implantação de colônias agrícolas para o assentamento de agricultores imigrantes. No ano 1916, é editada a Lei 1642, através da qual a colonização passa a ser função também da iniciativa privada. A nova Lei autorizava a constituição e a atuação das empresas colonizadoras, condicionando que parte do lucro obtido na comercialização dos lotes deveria ser aplicada na implantação da infraestrutura necessária à segurança e à prosperidade do loteamento.

Através da citação acima é possível perceber que de forma gradativa se foi criando condições para que ocorresse o abandono do modelo de sesmarias no processo de distribuição de terras devolutas no país. Primeiramente, em 1892, com a lei 68, os detentores das cartas de sesmarias deveriam provar a moradia e a exploração econômica da terra. No Ato 35, em 1893, é visualizado um grande avanço na política de terras no país. Pois, além de criar bases para frear a apropriação irregular da terra, também institui a comercialização, e estabelece os preços de compra e venda de terras. Nas outras duas leis que se sucedem, são traçadas diretrizes para o processo de colonização, incentivando a implantação de colônias e autorizando a ação de empresas colonizadoras.

No ano de 1860, lideranças e estudiosos da província do Paraná procuravam respostas para toda essa conjuntura desfavorável no Estado, que se refletia principalmente na inflação e escassez de gêneros alimentícios. Sendo assim, Hauresko e Moteka (2008, p. 7-8) destacam um trabalho de análise da economia paranaense

proposto por José Martins Ferreira de Abreu, resumidamente, os principais problemas apontados por ele foram:

- A falta de mão de obra para a atividade agrícola, acentuada após a proibição do tráfico de escravos.
- A Produção limitada de Gêneros alimentícios: O autor atribui esse fato: ao comércio de animais com o Rio Grande do Sul; à produção da erva-mate que não encontra concorrência na província. Assinala ainda a atividade ervateira como a que mais utiliza mão de obra, porém, não aconselha diminuição de sua produção e o retorno da população do mate para a agricultura.
- Necessidade da implantação de medidas para definir a profissão de agricultor, e das condições para que o trabalhador tenha paixão pela terra.

Antes da imigração europeia no Estado, o Paraná apresentava características singulares, como pouquíssima densidade demográfica e baixa produção agrícola. Os Estabelecimentos agrícolas estavam dispostos em grandes extensões territoriais destinada às reservas de pinheiros, o que acarretaria no desenvolvimento das atividades madeireira e pecuária em caráter complementar à primeira, como já foi explanado anteriormente.

Verifica-se que toda problemática pela qual passava a economia paranaense reside principalmente no fato da concentração de culturas com maior valor agregado, que pudessem contribuir para a uma geração de riqueza na região. Destaca-se também a questão da escassez da mão de obra, ocasionada pela proibição do tráfico de escravos. Por fim, define-se que é necessária uma nova população para ocupar os campos do Estado. A solução para isto seria a vinda do imigrante europeu, logo, o Paraná reivindicou junto ao governo imperial a criação de colônias voltadas para a resolução do problema da escassez de alimento, criando-se assim a colônia Assungui, composta por franceses, ingleses, italianos, alemães, espanhóis e suecos, e corresponde hoje ao município de Cerro Azul.

2.4 PROPRIEDADE, POSSE E SUBDIVISÃO DA TERRA

Nesta seção serão analisados os dados referenciando as diversas categorias de posse da terra, bem como a distinção entre os estratos de área total, durante os anos de 1960 e 70, ou seja, depois de terminada a fase de colonização do Estado (1950-1960). Serão utilizados dados dos censos agropecuários e também um estudo do IPARDES, de 1976, intitulado Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná.

Na tabela 2.1, é possível perceber que em termos absolutos, o maior acréscimo se deu nas terras arrendadas (134.535 estabelecimentos), seguido pelas terras próprias (128.328 estabelecimentos). Nas terras arrendadas, o acréscimo se concentrou basicamente nos estabelecimentos de área total inferior a 10 ha, basicamente no estrato de 2 a menos de 10 ha. Já nas terras próprias, o maior acréscimo se concentra em dois estratos: menos de 10 ha e de 10 a menos de 100 ha.

Quanto ao acréscimo na área dos estabelecimentos, o maior ocorreu nas terras próprias (2.576.843), um aumento muito superior ao visualizado nas áreas arrendadas (916.800). A distribuição destes acréscimos por estrato de área, primeiramente para as terras próprias, favoreceu o estrato de 10 a menos de 100 ha, ao passo que para as terras arrendadas, isso é verificado nos estratos de menos de 10 ha.

Verifica-se também, que para as terras próprias, o único estrato que não apresentou crescimento foi o de 10.000 ou mais ha, aqui vale salientar o estrato de 100.000 e mais ha, que teve a incorporação de 28.652 ha ao único estabelecimento que representa esse grupo. Para as terras arrendadas, o decréscimo, tanto no número, quanto na área dos estabelecimentos é visualizado nos estratos de 100 e menos de 1.000 ha e de 1.000 a menos de 10.000 ha. Outrossim, a área média dos acréscimos, 20,1 ha para as terras próprias e 6,8 ha para áreas arrendadas. Estes números também refletem as diferenças entre as duas condições de terras abordadas.

Por fim, vale mencionar que nas terras arrendadas ocorre um grande aumento nos estabelecimentos de área de 2 a menos de 50 há e uma queda nos de 200 a menos de 500 ha e de 100 ha e mais. Já nas terras ocupadas a queda ocorreu nos estratos médios, de 20 a menos de 500, e nos estratos extremos ocorre um aumento.

TABELA 2.1 – VARIAÇÃO NO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS NO PERÍODO 1960-70, SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS, POR ESTRATOS DE ÁREA TOTAL

ÁREA TOTAL (ha)	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Mistas	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
TOTAL	128.328	2.576.843	134.535	916.800	16.267	-311.684	6.277	58.537
MENOS DE 10	62.256	351.492	109.261	568.095	26.526	109.860	3.752	21.686
menos de 1	1.914	720	618	247	1.185	533	61	36
1 a <2	2.679	3.859	4.946	7.246	2.673	3.618	122	180
2 a <5	21.918	80.891	54.433	202.373	15.778	55.857	1.356	4.923
5 a <10	35.745	266.022	49.264	358.230	6.890	49.852	2.213	16.546
10 a <100	63.781	1.315.106	25.309	397.410	-9.800	-399.361	2.559	42.831
10 a <20	40.101	557.908	21.510	289.545	59	-654	1.929	27.245
20 a <50	20.932	589.674	3.565	94.078	-7.749	-241.710	641	17.017
50 a <100	2.748	167.524	234	13.787	-2.110	-156.998	-11	-1.339
100 A <1000	2.116	611.250	-17	-8.666	-479	-65.884	-29	-578
100 a <200	880	124.679	16	1.316	-400	-52.611	-43	-6.070
200 a <500	927	280.667	-44	-14.980	-94	-25.415	15	3.550
500 a <1000	309	206.314	11	4.998	15	12.142	-1	1.942
1000 A <10000	183	367.851	-18	-40.039	20	43.701	-5	-5.302
1000 a <2000	115	149.397	-10	-16.516	6	9.542	0	-365
2000 a <5000	63	190.566	-6	-11.503	14	36.502	-6	-14.829
5000 a <10 mil	5	27.888	-2	-12.020	0	-2.343	1	9.891
10000 e mais	-8	-68.885	-	-	-	-	-	-
10000 a <100000	-8	-97.507	-	-	-	-	-	-
100000 e mais	0	28.652	-	-	-	-	-	-

FONTE: Censos Agropecuários IBGE – 1960/70.

NOTA: Extraída de IPARDES (1976)

TABELA 2.2 – VARIAÇÕES NA CONDIÇÃO DO PRODUTOR 1960/70

Ano	1960		1970	
	Estab.	Área	Estab.	Área
Proprietários	179.028	9.528.714	312.762	12.161.283
Arrendatários e Parceiros	56.332	794.194	191.678	1.713.905
Ocupantes	33.786	1.062.026	50.048	750.342
Total	296.146	11.384.934	554.488	14.625.530

FONTE: Censo agropecuário 1960/70.

NOTA: Extraído de IPARDES (1976)

TABELA 2.3 – ÁREA MÉDIA SEGUNDO AS CATEGORIAS DE POSSE

Categorias de posse	Área média	
	1960	1970
Proprietários	53,2	38,9
Arrendatários e Parceiros	14,1	8,9
Ocupantes	31,4	15
Total	42,3	26,4

FONTE: Censo agropecuário 1960/70.

NOTA: Extraído de IPARDES (1976)

Nas tabelas 2.2 e 2.3, destacam-se principalmente o grande aumento no número de estabelecimentos ocupados por arrendatários e/ou parceiros, passando de 56.332 em 1960 para 191.678 em 1970, paralelamente a isso se vislumbra também um aumento da área total explorada por esta categoria de produtor, 794.194 ha em 1960 para 1.713.905 ha em 1970. No entanto, como o número de estabelecimentos aumentou em uma proporção muito maior do que a área total destes estabelecimentos ocupados por arrendatários e parceiros, e, paralelamente a estes dois fenômenos, ocorre uma diminuição da área média das propriedades, que, em 1960 era de 14,1 ha, passa para 8,9 ha em 1970.

Ao analisar as tabelas sob a ótica do ocupante, percebe-se um aumento no número de propriedades, seguido de uma redução na área total das propriedades, da ordem de 29,3%. Para esta categoria, a área média cai também mais do que a metade em número de hectares, passando de 31,4 para 15 no período referenciado.

Para o caso dos proprietários, houve um considerável aumento no número de estabelecimentos, seguido por um aumento de intensidade menor na área total dos mesmos. Conjuntamente a isso ocorre, como no caso dos arrendatários e parceiros, uma diminuição da área média das propriedades ocupadas por esta categoria.

TABELA 2.4 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS, POR MICRORREGIÕES - PARANÁ - 1960

Microregião	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Mistas	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
PARANÁ	63,8	80,5	20,6	6,8	12,6	9,3	3	3,4
1. CURITIBA	80,4	89,8	12,2	3,8	2,6	1,6	4,8	4,8
2. LITORAL	70,8	89,8	5,5	2,4	21,8	6,7	1,9	1,1
3. ALTO RIBEIRA	88,9	95,4	5,9	1,5	2,8	1,1	2,4	2
4. ALTO RIO NEGRO/PR	78,6	87,5	2,5	1,6	3,3	2,6	15,5	8,2
5. CAMPOS DE LAPA	79,3	89,9	7,1	2,2	3,7	1	9,8	6,8
6. CAMPOS DE P. GROSSA	88,8	94,8	3,8	2,2	0,3	0,3	7,1	2,6
7. CAMPOS DE JAGUARIAÍVA	59,4	92,4	26,1	1,5	4,2	1	10,3	5,1
8. SÃO MATEUS DO SUL	77,5	92,1	12,8	2,1	2,1	1,1	7,6	4,7
9. COLONIAL DE IRATI	76,4	88,7	11,2	3,5	1,9	2,1	10,5	5,8
10. ALTO IVAÍ	70,8	90,8	20,3	3,8	4,3	2,8	4,5	2,5
11. N. VELHO W. BRAZ	71	90,8	19,7	3,9	6,4	2,2	3	3,1
12. N. NOVO JACAREZINHO	70,4	87,2	26,3	5,9	1,3	1,4	2	5,5
13. ALGODOEIRA DE ASSAÍ	42,2	75,1	50,1	16,8	6,5	6,5	1,1	1,5
14. N. NOVO LONDRINA	66,2	81,3	30,9	14,5	1,1	1	1,8	3,2
15. N. NOVO MARINGÁ	64,2	76,9	33,1	19,2	0,5	0,6	2,2	3,3
16. N. NOVISS. PARANAÍ	65,2	86	33,3	11,3	0,9	1,4	0,5	1,4
17. N. NOVO APUCARANA	76,2	88,4	21,2	10,1	1,5	0,4	1,1	1,1
18. N. NOVISS. UMUARAMA	61,2	74,6	33,6	21,2	3,8	2,6	1,3	1,7
19. CAMPO MOURÃO	58,3	83,4	36,7	12,6	3,9	2,5	1,2	1,6
20. PITANGA	51	61,5	19	2,2	27,8	30,5	2,2	5,7
21. EXTREMO OESTE	59,8	62,3	4,9	2	34	34,4	1,3	1,4
22. SUDOESTE	26,9	35,3	0,7	0,5	71,7	62,3	0,6	1,9
23. CAMPOS – GUARAPUAVA	73,7	83,8	6,4	3,3	12,1	7,1	7,8	5,7
24. MÉDIO IGUAÇU	77	83,5	9,3	6,7	10,2	5,6	3,5	4,2

FONTE: Censo agropecuário 1960/70.

NOTA: Extraído de IPARDES (1976)

A tabela 2.4 demonstra a distribuição percentual do número e área dos estabelecimentos nas 24 microrregiões que compõe, por sua vez, as mesorregiões do Estado.

É possível verificar, que em praticamente todas as microrregiões do Estado no ano de 60, ocorre à predominância de terras próprias, tanto em número de estabelecimentos, quanto em área, com exceção do Sudoeste paranaense, em que as terras ocupadas superam as próprias nos dois quesitos mencionados. Segundo o IPARDES (1976) tal fato pode estar relacionado com o grande número de pequenos

agricultores advindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que se estabeleceram na região. Grande parte destes imigrantes eram posseiros (ocupantes), que chegavam à região e espontaneamente ocupavam as terras devolutas. A participação das terras arrendadas é maior nas microrregiões da região norte, este tipo de posse pode ser associado ao tipo de cultura prevalecente nestas regiões, o café.

Outro ponto que merece destaque são as microrregiões de Ponta Grossa e Alto Ribeira, em que o número de estabelecimentos em terras ditas próprias é acima de 80% do total de estabelecimentos em toda a microrregião, com 88,8% e 88,9% respectivamente. As áreas correspondentes a estes estabelecimentos em terras próprias também é alto, e corresponde a 94,8% e 95,4 respectivamente.

A tabela 2.5 (na página seguinte) mostrará os dados para o ano de 1970 e, primeiramente, vale ressaltar uma queda no número de estabelecimentos agropecuários, ao passo que a área praticamente se manteve a mesma. Já para as terras arrendadas, ocorre aumento de representatividade tanto em número, como em área. Segundo o IPARDES (1976) atesta-se para este fato, que as terras arrendadas comportam-se de modo instável no decorrer do tempo, estando sujeito a fatores exógenos conjunturais, como disponibilidade da mão de obra e o tipo de cultura.

Seguindo a linha de pensamento anterior, no caso da terra deixar de ser utilizada para o plantio e, por exemplo, passar a ser destinada a pastagens, muitos trabalhadores arrendatários seriam despejados das terras, pois sua mão de obra, em outro tipo de cultura (pastagens), ficaria sem serventia para o proprietário. Logo, "(...) a "posse" da terra transferida ao arrendatário (ou parceiro) é instável, podendo ser retiradas a medida que as condições forem propícias ao proprietário" (IPARDES, 1976). Essas mudanças bruscas não ocorrem na categoria das terras próprias.

TABELA 2.5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS, POR MICRORREGIÕES - PARANÁ - 1970

Microrregiões	Próprias		Arrendadas		Ocupadas		Mistas	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
PARANÁ	54,1	80,3	34,2	11,6	9	5,1	2,6	3
1. CURITIBA	68,6	81,8	14,5	4,2	9,9	7,5	7	6,5
2. LITORAL	60,4	72,1	3	1,7	36,1	25,7	0,5	0,5
3. ALTO RIBEIRA	61,8	82,1	15,8	3,2	16,7	9,5	5,7	5,2
4. ALTO RIO NEGRO/PR	65	83,6	20,6	6,2	9,7	6	4,7	4,3
5. CAMPOS DE LAPA	65,7	88,5	15,8	3,8	9,7	3,6	8,7	4,1
6. CAMPOS DE PONTA GROSSA	69,9	85,3	8,5	3,1	10,6	4,6	11	7
7. CAMPOS DE JAGUARIAÍVA	46,5	88,1	35,3	2,8	7,3	3,5	11	5,5
8. SÃO MATEUS DO SUL	75,3	90,4	15,8	4,5	5,8	3,5	3,2	1,6
9. COLONIAL DE IRATI	72,4	87,7	14,4	4	8,9	4,2	4,3	4,1
10. ALTO IVAÍ	61,3	88,2	21,4	4	12,3	3,9	5	3,9
11. N. VELHO W. BRAZ	42,7	77,9	41,1	12,3	11	4,5	5,3	5,3
12. N. VELHO JACAREZINHO	44,2	78,6	49,1	15,7	5,1	2,1	1,7	3,6
13. ALGODOEIRA DE ASSAÍ	49,1	73,5	42,6	22,2	7,3	2,6	0,9	1,6
14. N. NOVO LONDRINA	52	82	43	15,5	4	1,4	1	1,2
15. N. NOVO MARINGÁ	38,1	58,3	59,3	38,8	1,6	1,3	1	1,7
16. N. NOVISS. PARANAÍ	48,1	85,2	43,5	11,9	7,7	2	0,7	0,9
17. N. NOVO APUCARANA	42	68,1	52,3	28,1	4,9	2,9	0,8	0,9
18. N. NOVISS. UMUARAMA	43,2	73,3	48,7	22,4	7,2	3,4	0,9	0,9
19. CAMPO MOURÃO	38,7	72	51,7	22,5	8,2	3,8	1,4	1,7
20. PITANGA	64,4	84,8	17,6	4,8	15,6	7,1	2,4	3,3
21. EXTREMO OESTE	57,4	75,9	26,4	11,8	14,3	10,2	1,9	2,1
22. SUDOESTE	77,7	85,7	10,5	5,6	7,3	5,1	4,4	3,6
23. CAMPOS DE GUARAPUAVA	68	88,8	10,5	3,1	17,5	5,4	4,1	2,8
24. MÉDIO IGUAÇU	74,9	77,1	8,3	4,4	13,1	12,6	3,7	5,9

FONTE: Censo agropecuário 1960/70.

NOTA: Extraído de IPARDES (1976)

A tabela 2.6, na página seguinte, mostra os índices de Gini², área média e área mediana para as quatro categorias de posse e para o total do Estado. Ao visualizarmos o coeficiente de Gini, percebe-se, que a categoria dos proprietários é a que mais se aproxima do resultado obtido pelo total do Estado. É possível afirmar também que para o total do Estado existe um grande número de pequenos estabelecimentos e um

² Segundo o IPEA (<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php>), o Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam

reduzido número de grandes estabelecimentos. Visualiza-se também um grande número de pequenos proprietários e um pequeno número de grandes proprietários. Estes, por sua vez, ocupam uma porção considerável de área.

TABELA 2.6 – ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO SEGUNDO A POSSE DA TERRA NO PARANÁ – 1970

Categorias	Gini	Área Média	Área Mediana
Número de Estab./Área total	0,69	26,4	9,3
Número de Estab c/ proprietários/ área das propriedades	0,686	38,9	15,2
Número de Estab c/ arrendatários/ área dos arrendamentos	0,513	9,4	4,9
Número de Estab c/ parceiros/ área dos parceiros	0,389	8,7	6,4
Número de Estab c/ ocupantes/ área dos ocupantes	0,657	15	5,4

FONTE: Censo agropecuário 1960/70.

NOTA: Extraído de IPARDES (1976)

A respeito da concentração de terras no Estado, Melo (2011, p. 11) destaca o efeito da modernização agrícola sobre a concentração de terra e o número de estabelecimentos agropecuários na década de 60:

O processo de modernização agrícola paranaense foi acompanhado de uma concentração fundiária significativa, representada pela eliminação de 100.385 estabelecimentos agropecuários somente na década de 1970. Quando se analisa espacialmente esse fenômeno, constata-se que somente no Norte do Paraná, 104.838 estabelecimentos deixaram de existir na década. Esse processo resultou na redução da população rural no estado em 49,7%, entre 1970 e 1991, enquanto no Norte do Paraná, a população sofreu uma redução de 63,9%. Como resultado do processo de concentração da posse da terra, observa-se também na década de 1970, a redução do número de proprietários e arrendatários, mas com ampliação da área explorada. Em contrapartida, o número de parceiros e ocupantes apresentou uma redução significativa, tanto em número de estabelecimentos, quanto na área explorada economicamente, notadamente no Norte do Paraná, onde a parceria era comum na época da cafeicultura.

de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

O autor destaca principalmente o desaparecimento de mais de 100.000 estabelecimentos rurais no Estado na década de 1970, o que consequentemente levou a uma redução de 49,7% da população rural no Estado no período entre 1970 e 1991.

2.5 USO DA TERRA 1960-1970

O próximo passo deste estudo irá se concentrar nas formas de utilização das terras. As tabelas demonstrarão os valores de área e percentuais para a utilização das terras, sejam por lavouras, pastagens, matas e florestas, ou simplesmente terras produtivas, porém incultas e improdutivas. Mensuram-se estas formas de utilização às categorias de posse das terras: proprietários, arrendatários/parceiros e ocupantes. Neste caso, “devido a diferenças no recenseamento, análise comparativa somente poderá ser realizada agregando-se os arrendatários e parceiros” (IPARDES, 1976).

A tabela 2.7, visualizada abaixo, mostra uma enorme queda na área das lavouras permanentes (350.881 há ou 21,2%) deve-se possivelmente a dois fatores. Primeiramente a diminuição na área dos proprietários (516.233 ha ou 38,4%), e o aumento na área dos arrendatários e parceiros (156.716 ha ou 54,3%).

Com relação às lavouras temporárias, percebe-se um grande aumento no período estudado (1.628.516 ha ou 91,3%), é importante frisar que embora os proprietários tenham obtido um grande aumento em área (983.008 ha), o incremento maior é presenciado nesta modalidade de uso nas terras de arrendatários e parceiros de 213.131 em 1960 para 865.394 em 1970, um aumento de 306%. Assim, constata-se que a participação relativa dos proprietários foi reduzida no período (de 74,7% para 67,8%), não obstante este número para os arrendatário/parceiros aumentou de 11,9% em 1960 para 25,4% em 1970.

Matas e florestas pouco variaram, sendo assim, vale mencionar o predomínio dos proprietários neste tipo de uso da terra. Já nas terras improdutivas percebe-se um grande aumento na categoria dos arrendatários (498,8%), motivo atribuído à especulação financeira.

TABELA 2.7 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DAS GRANDES CATEGORIAS DE USO, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR NO PARANÁ – 1960/70 ha.

Condição	Lavouras		Pastagens		Matas/ Flor		Incultas	Improd.
	Perm.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.		
1960								
TOTAL	1.657.104	1.783.867	1.912.081	781.947	2.839.158	188.075	1.918.954	303.748
Proprietários	1.344.083	1.332.359	1.753.341	689.626	2.333.941	163.031	1.640.721	271.612
Arrendatários	288.832	213.131	82.173	51.476	111.185	3.791	33.505	10.101
Ocupantes	24.189	238.377	76.567	40.845	394.032	21.253	244.728	22.035
1970								
TOTAL	1.306.223	3.412.383	1.809.429	2.700.281	2.365.400	205.163	2.203.725	622.926
Proprietários	827.860	2.315.367	1.635.316	2.516.256	2.121.031	195.054	2.022.420	527.979
Arrendatários	445.548	865.394	68.000	124.918	81.360	5.063	63.133	60.489
Ocupantes	32.815	231.622	106.114	59.107	163.009	5.046	118.172	34.457
Variação 1960-1970								
TOTAL	-350.881	1.628.516	-102.652	1.918.335	-473.758	17.088	284.771	319.178
Proprietários	-516.223	983.008	-118.025	1.826.630	-212.910	32.023	381.699	256.367
Arrendatários	156.716	652.263	-14.173	73.442	-29.825	1.272	29.628	50.388
Ocupantes	8.626	-6.755	29.547	18.262	-231.023	-16.207	-126.556	12.422

FONTE: Censo agropecuário 1960/70.

NOTA: Extraído de IPARDES (1976)

Através da tabela 2.8, na página seguinte, é possível verificar que, no total de estratos de 100 a 1000 ha, para lavouras permanentes a queda foi um pouco mais de 5%. Para matas e florestas naturais a queda foi de 10%, ao passo que para as terras improdutivas houve uma pequena queda de pouco mais de 1%. Em contrapartida, para a categoria de uso “pastagens”, o que se observa é um aumento de mais de 17%, muito próximo as percentagens de queda apresentadas para as demais categorias de uso. Também vale mencionar uma queda de pouco mais de 8% na porcentagem de matas e florestas naturais para as áreas compreendidas entre 10 e 100 ha.

TABELA 2.8 – PORCENTAGEM DA ATIVIDADE PRINCIPAL DOS ESTRATOS DA ÁREA TOTAL.

ÁREA TOTAL (ha)	Lavouras		Pastagens		Matas/Florest. naturais		Terras em descanso ou improdutivas	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970	1960	1970
MENOS DE 10	79,9	80,3	9,4	8,4	4,9	3,1	5,7	8,1
DE 10 a 100	41,2	42,1	16,3	21,9	21,2	13,0	21,3	22,8
DE 100 A 1000	22,7	17,0	26,8	43,9	27,5	17,5	23,0	21,6
DE 1000 A 10000	11,6	7,1	41,3	49,6	34,1	29,9	13,0	13,4
10000 e mais	1,0	0,0	18,0	11,4	64,4	69,5	16,6	19,1

FONTE: Censo agropecuário 1960/70.

NOTA: Extraído de IPARDES (1976)

TABELA 2.9 – ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO SEGUNDO O USO DA TERRA NO PARANÁ 1960-70

Tipos de Índices	Gini		Área Média		Área Mediana	
	1960	1970	1960	1970	1960	1970
Número de Estab./Área total	0,687	0,69	42,3	26,4	16,5	9,3
Número de Estab / área lavouras perman.	0,498	0,392	15	7,9	17,1	10,4
Número de Estab / área lavouras temporárias	0,348	0,366	8,4	7,4	17,7	9,5
Número de Estab / área pastagens	0,726	0,765	16,9	15,2	27,4	16,9
Número de Estab / área florestas	0,685	0,727	29,9	17,3	32,7	21,9

FONTE: Censo agropecuário 1960/70.

NOTA: Extraído de IPARDES (1976)

A tabela 2.9, visualizada acima, mostra os índices de Gini para as diversas categorias de uso. Assim, é possível verificar que a categoria que apresenta o índice mais próximo ao da área total é nas pastagens. Percebe-se, uma diminuição na área total de pastagens, pouco mais de 1%, e um decréscimo na área mediana de quase 10%, o que demonstra, de certa forma, um aumento no número de pastagens. Para a categoria de florestas e matas, observa-se, primeiramente um aumento no coeficiente de Gini, se aproximando do mesmo apresentado para a área total. Paralelamente a isso ocorre uma forte diminuição da área média e também da área mediana. Neste caso

como a diminuição nos dois quesitos de área é semelhante, não é possível afirmar aumento ou decaimento no número de florestas.

2.6 O PANORAMA DA POSSE E USO DA TERRA 1970-2006

Realizadas as explicações referentes à posse e o uso da terra no período 1960-1970, o próximo passo agora é analisar estas prerrogativas para o período compreendido entre 1970-2006. Esta seção mostrará dados semelhantes aos apresentados área total e número de estabelecimentos agropecuários, conforme categorias de posse, uso, de estabelecimentos agropecuários. Neste caso este estudo trará estas informações somente até o ano de 2006, pois este é o ano de referência do último Censo agropecuário brasileiro realizado até então.

TABELA 2.10 – PORCENTAGEM DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PARANÁ SEGUNDO A CONDIÇÃO DO OCUPANTE - 1970-2006

Condição do ocupante	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Proprietario	58,96	65,87	60,69	59,38	61,66	71,03
Arrendatario, parceiro	11,2	7,72	7,27	8,41	5,85	5,25
Administrador	25,06	23	29,74	29,58	29,86	22,56
Ocupante	4,78	3,41	2,6	2,62	2,62	1,16

FONTE: Sidra IBGE Séries históricas 1970/2006.

NOTA: Elaboração própria

A tabela acima mostra a continuidade da predominância das terras dos proprietários ao longo do período demonstrado. Em termos percentuais, as terras, para esta condição, passaram de 58,96% em 1970 para 71,03% em 2006.

Percebe-se também uma queda de mais da metade na área destinada aos arrendatários, passando de 11,2% em 1970 e decaindo até chegar a 5,25% em 2006.

Os números para a condição “administrador” crescem no período 1970-80 e flutuam em torno de 29% até decair para 22,56% em 2006.

TABELA 2.11 - PORCENTAGEM DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PARANÁ SEGUNDO A CONDIÇÃO DO OCUPANTE - 1970-2006

Condição do ocupante	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Total	100	100	100	100	100	100
Proprietário	54,12	62,1	64,35	61,82	71,31	79,91
Arrendatário, Parceiro	33,77	26,67	23,19	24,96	14,4	8,63
Administrador	3,23	2,06	3,31	3,49	5,65	4,35
Ocupante	8,88	9,17	9,15	9,73	8,65	4,73

FONTE: Sidra IBGE Séries históricas 1970/2006.

NOTA: Elaboração própria

A tabela 2.11, visualizada acima, mostra um aumento no número de estabelecimentos agropecuários para a condição de proprietário no período 1970-2006. Em contrapartida, é possível verificar uma queda acentuada no número de estabelecimentos ocupados por arrendatários e parceiros. Em termos percentuais passando de 33,77% em 1970, para apenas 8,63% em 2006. Isso demonstra, não só um aumento em área e número de estabelecimentos para os proprietários, mas também uma diminuição nos mesmos quesitos para a classe dos arrendatários e parceiros.

A tabela 2.12 (na página seguinte), por sua vez, mostra claramente uma redução no número de pequenas propriedades no Estado. Estratos com menos de 10 ha detinham 295.272 estabelecimentos em 1970. Em 2006 o número de estabelecimentos existentes nesta faixa de terra é de 165.522. O mesmo ocorre nos estratos de 10 a menos de 100 ha, em 1970 eram 240.936 estabelecimentos, em 2006 este número cai para 170.405.

Em contrapartida, o número de estabelecimentos agropecuários compreendido entre os estratos de 100 a menos de 1000 ha, cresce no período verificado. Em 1970 eram 17.158 estabelecimentos nessa faixa de terra, e em 2006 este número passa a ser de 25.095 estabelecimentos. Ocorre crescimento também do número de estabelecimentos compreendidos em áreas de 1000 ha ou mais, passando de 1.087 em 1970 para 1.209 em 2006.

TABELA 2.12 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PARANÁ POR ESTRATOS DE ÁREA - 1970-2006

Estratos de área	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Total (Ha)	554.488	478.453	454.103	466.397	369.875	371.063
Menos de 10	295.272	237.068	214.995	229.015	154.620	165.522
10 a menos de 100	240.936	218.886	215.031	212.247	188.305	170.405
100 a menos de 1000	17.158	20.213	22.349	23.425	25.432	25.095
1000 ha e mais	1.087	1.348	1.537	1.548	1.450	1.209

FONTE: Sidra IBGE Séries históricas 1970/2006.

NOTA: Elaboração própria

Conclui-se que, estabelecimentos existentes em áreas de 1000 ha ou mais, se expandiram por meio da incorporação de estabelecimentos com menos de 100 hectares, que perderam tanto em número de estabelecimentos como na área.

Através da tabela 2.13, visualizada abaixo é possível confirmar uma evolução no percentual de lavouras temporárias no período estudado, passando de 23,33% para 35,94%. Em 1970 já existia o predomínio desta categoria de uso. Houve aumentos também nas categorias de matas plantadas, matas naturais e pastagens plantadas, ficando em queda apenas as pastagens naturais e lavouras permanentes, esta última categoria, vale mencionar, chegou a ter apenas 1,95% de participação em 1996, obtendo um crescimento considerável (ao partir desse número) em 2006, mas finalizando em queda durante o período demonstrado.

TABELA 2.13 - PORCENTAGEM DA UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO PARANÁ 1970-2006

Categorias de uso	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Lavouras permanentes	8,93	7,55	5,83	3,76	1,95	6,38
Lavouras temporárias	23,33	28,46	31,43	32,54	30,03	35,94
Pastagens naturais	12,37	10,77	9,39	8,52	8,64	8,55
Pastagens plantadas	18,46	21,11	24,41	27,41	33,23	22,21
Matas naturais	16,17	12,51	12,08	12,06	13,05	18,26
Matas plantadas	1,4	2,61	3,83	4,91	4,47	4,03

FONTE: Sidra IBGE Séries históricas 1970/2006.

NOTA: Elaboração própria

As conclusões que podem ser apontadas, depois de realizado o estudo deste capítulo são:

- Ao se ter como base o Anos de 1960-70, mesmo com a predominância das terras próprias, ocorre um aumento nas terras arrendadas 56.332 em 1960 para 191.678 em 1970, este aumento é mais visível em estratos inferiores a 10 ha. A área média das propriedades arrendadas passa de 14,1 ha em 1960 para 8,9 ha em 1970.
- Até 1970, segundo a utilização do coeficiente de Gini, verifica-se um grande número de pequenos proprietários e um pequeno número de grandes proprietários. Estes, por sua vez, ocupam uma porção considerável de área.
- No período 1970-2006, se confirma a predominância cultivo de lavouras temporárias e das terras ditas “próprias”, no entanto, vislumbra-se também uma queda no número de estabelecimentos agropecuários, principalmente nos estratos menores de 100 ha, no entanto, a porcentagem referente à área das terras próprias aumenta no período.

3 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Este capítulo tratará exclusivamente a modernização da agricultura e as principais consequências trazidas por ela.

3.1 OS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

Para que se possa entender o início do processo de modernização é necessário primeiramente verificar o conceito de complexos agroindustriais.

Na definição de Muller (1989, p.41) Complexo Agroindustrial é

(...) o conjunto de relações entre indústria e agricultura na fase em que esta mantém intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura e para frente, com as agroindústrias e outras unidades de intermediação que exercem impactos na dinâmica agrária. O Complexo Agroindustrial é uma forma de unificação das relações entre os grandes departamentos econômicos com os ciclos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias.

Através da citação acima se percebe que um complexo industrial relaciona fatores presentes tanto na indústria quanto na agricultura, que interagem e se associam nas etapas de produção, distribuição e consumo. Como o próprio autor discorre, ocorre uma inter-relação (apontada pelo autor como sendo uma unificação das relações) entre os grandes setores da economia. Fajardo (2008, p.3-4), define as raízes históricas do surgimento do complexo industrial no Brasil, sendo assim:

A perspectiva histórica da formação do Complexo Agroindustrial Brasileiro inclui a inserção da economia nacional a uma lógica produtiva global com adoção um modelo moderno onde a presença de tecnologias e padrões de consumo novos, expõe a realidade da grande produção que não distingue mais a natureza.

(...) a existência de um "Complexo Rural", anteriormente à constituição dos chamados Complexos Agroindustriais, numa situação em que haveria uma dinâmica muito simples na qual a atividade agrícola, ou o setor rural, mantinha poucas ou quase nenhuma relação com atividades externas às fazendas, a não ser com o mercado externo para um único produto, de modo geral, em todo o circuito produtivo com valor comercial como o caso da lavoura cafeeira desde o século XIX. Este Complexo Rural atinge seu auge em 1850 entrando num processo de crise e desarticulação. No seio do mesmo é gerado o chamado Complexo

Cafeeiro que tem seu período de auge por volta dos anos de 1930, estendendo-se até a década de 1960. Foi o desenvolvimento de um mercado de trabalho - devido ao fim do tráfico negreiro e início da imigração, fatos derivados de pressões internacionais - e ainda a constituição de um mercado interno fatores decisivos para a crise do Complexo Rural.

Primeiramente, ao se tratar de complexos agroindustriais verifica-se a existência de um complexo rural, em que as atividades agrícolas executadas nas propriedades mantinham muito pouca relação com outras atividades externas às fazendas, com exceção da cafeicultura, que pelo seu grande valor comercial estava voltada para a exportação. A partir do desenvolvimento da cultura do café origina-se o complexo cafeeiro que tem seu apogeu entre os anos de 1930 e 1960. Na citação acima, o autor destaca o surgimento de um mercado de trabalho, aliado ao fortalecimento do mercado interno como fatores decisivos para a substituição do complexo rural pelo complexo cafeeiro, que pode ser considerado como o primeiro complexo agroindustrial do país. O mercado de trabalho no setor é realmente constituído a partir da proibição do tráfico de escravos e a vinda dos imigrantes. Percebe-se também que o pensamento engajado nos complexos agroindustriais relaciona-se ao fato da aplicação de práticas modernas voltadas para um modelo de produção em grande escala e também contribui para o surgimento de novos padrões de consumo. Sob esta ótica, admite-se que este foi o padrão dominante da agricultura brasileira até meados do século XX, e teve desde sua origem, evolução (proporcionado pelo complexo cafeeiro), e sua crise e decadência.

A partir da desarticulação do complexo rural e desenvolvimento do complexo cafeeiro é possível visualizar uma série de atividades e eventos originados desta relação, dentre eles a expansão urbana e industrial e o desenvolvimento de infraestrutura de redes viárias, da atividade comercial, bancária e industrial, e inclusive àquelas vinculadas à burguesia agrária, que sofreu seus primeiros impactos na sua estrutura com a separação das novas atividades criadas no próprio seio da cafeicultura (GRAZIANO DA SILVA e KAGEYAMA, 1996).

Logo, é possível observar que a cafeicultura promove não só o desenvolvimento no campo, mas também a expansão urbana, e o desenvolvimento de toda uma infraestrutura entre os diversos setores de atividade comercial.

Segundo Sorj (1980, p.28), foi de fundamental a importância do governo para a alavancagem do processo de modernização da agricultura:

O Estado, a partir de 1964, atrelou as forças sociais (o capital monopólico associado em porção secundária aos grandes proprietários de terra) vencedoras do conjunto da sociedade e forças externas ao campo para, juntamente, conduzir o processo de modernização (associar a agricultura ao novo circuito produtivo liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima e gerar as condições infraestruturais necessárias à expansão do conjunto do setor).

Para Sorj (1980), a política de crédito agrícola possui o objetivo de modernização das forças produtivas da agricultura, fornecendo crédito ao complexo agroindustrial, um dos grandes receptores dos subsídios rurais ofertados pelo governo neste período. Ocorre também a compensação da política de controle de preços, sendo uma transferência de renda, especialmente aos médios e grandes produtores, com maiores condições de reagir a essa política. Por outro lado, os pequenos produtores que ainda produzem de forma tradicional possuem poucas opções econômicas de modificar o tipo e o volume de produção.

3.2 O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO BRASIL E NO PARANÁ

Em meados do século XX, surge no contexto agrário a chamada Revolução Verde, este movimento é, na verdade, um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo por meio de melhorias genéticas em sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. Com o passar dos anos, o programa passou a sofrer críticas (que persistem até hoje) referentes a sustentabilidade de projetos baseados na monocultura, que faz uso em grande escala de fertilizantes, agrotóxicos e insumos de alto custo.

O crescimento da produção agrícola no Brasil pode ser dividido em três modalidades. Até a década de 1950, a expansão da produção se dava de acordo com o aumento da área cultivada. A partir de 1965, a concessão de crédito subsidiado para a agricultura, o que determinou a mecanização das terras, a adoção de culturas temporárias e a formação das cooperativas (BELUSSO; SERRA, 2006).

O uso de máquinas, adubos e defensivos químicos, a utilização destes recursos ganhou ainda mais força a partir da década de 70, assim:

O processo de modernização intensificou-se a partir dos anos 70, quando houve, de acordo com dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, um aumento de mais de 1.000% no número de tratores utilizados, em relação à década de 50, chegando este incremento a 6.512% na década de 80, e um aumento de 254% e 165%, respectivamente, no uso de arados a tração animal e nas colheitadeiras, nos anos 80, também em relação à década de 50. A utilização de adubos químicos também se intensificou no Brasil, na década de 70, atingindo um incremento de 1.380%, entre 1965 e 1980, o mesmo ocorrendo com o uso de defensivos, que aumentou 377% neste mesmo período, com destaque para a utilização de herbicidas, que cresceu mais de 8.000%, segundo informações colhidas no Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos de Estado de São Paulo (AGRA, 2000, p.2).

O estudo da expansão da soja oferece uma visão de totalidade das metamorfoses impressas no espaço geográfico brasileiro a partir da modernização e dinamização da agricultura em meados da década de 60.

Os diversos lugares e regiões apresentaram transformações diferenciadas e múltiplas em seus fluxos e fixos, com objetivo de racionalizar a expansão da referida oleaginosa. É um processo que, ao mesmo tempo em que ocorre em uma escala local, acarreta um esquema complexo e denso de transformações socioespaciais regionais e nacionais, por isso recoloca o estudo do lugar em uma posição central (CAMPOS, 2011, p. 2).

Com a evolução tecnológica da agricultura, foi possível aumentar a produtividade da terra, e também observar um aumento da concentração da posse e da propriedade da terra, prerrogativa vinculada à política agrária do país. E a soja, foi o cultivo que representou todo este rol de inovações vivenciado pelo país, e consequentemente pelo Paraná.

A cultura da soja/trigo era cultivada via utilização de herbicidas, fertilizantes e máquinas agrícolas, que dispensam o trabalho humano.

TABELA 3.1 NÚMERO DE TRATORES NO BRASIL 1920 - 2006

Ano	Número de tratores por Estabelecimentos
1920	1706
1940	3380
1950	8372
1960	61345
1970	165870
1975	323113
1980	545205
1985	665280
1995	799742
2006	820673

Fonte: SIDRA/IBGE Séries históricas

Nota: Elaboração própria

A tabela 3.1, acima, mostra a evolução gradativa do número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários no Brasil. É possível perceber que, ao relacionar o crescimento de unidades de tratores, a década de 70 representa especial importância, pois em apenas cinco anos, o número de tratores passa de 61.345 para 165.870, ou seja, um aumento de 170%. Isto reflete a tecnologia difundida no meio agrícola.

TABELA 3.2 NÚMERO DE TRATORES NO PARANÁ CONFORME OS CENSOS 1970 - 2006

Censos	Num. Tratores
1970	18 619
1975	52 498
1980	81 727
1985	101 346
1996	121 827
2006	111 038

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários 1970/2006.

NOTA: Elaboração própria

A tabela 3.2 mostra a evolução gradativa do número de tratores existentes nos estabelecimentos agropecuários no Paraná. É possível perceber que, ao relacionar o crescimento de unidades de tratores, a década de 70 representa especial importância,

pois em apenas cinco anos, o número de tratores passa de 18.619 para 52.498, ou seja, um aumento de 181%.

É importante ressaltar também que o processo de modernização da agricultura no Brasil está intrinsecamente relacionado à fase final do processo de substituição de importação, é possível vislumbrar nesta fase a internalização de indústrias produtoras de bens de capital e insumos agrícolas. A maior utilização de tratores e fertilizantes está ligada paralelamente à entrada de multinacionais do setor no país.

Desta forma, segundo Martine (1990, p. 37), o incremento agrícola não pode mais ser classificado como um fenômeno isolado ou autônomo, pois definitivamente, este desenvolvimento passou a ser influenciado pela dinâmica industrial, a agricultura passava a comprar insumos e vender matérias-primas para outros setores. A automatização da agricultura estaria com atuação voltada para o aumento da produtividade no curto prazo, buscando a minimização de riscos.

Com relação aos trabalhadores presentes nas áreas abrangidas pelo processo de modernização agrícola no Brasil, Mueller (1990, p.53) destaca três grupos sociais resultantes da modernização agrária, excluindo-se àqueles que emigraram do campo. Assim:

O maior deles habita em estabelecimentos rurais que servem como moradia da família. Pode contar com alguma produção mercantil tradicional, mas com o predomínio da produção para subsistência. Pequenos proprietários, meeiros, ocupantes, cuja característica básica é a pobreza moderna, juntamente com o fato de serem mão de obra para a economia geral.

O grupo de maior abrangência, segundo a citação acima, corresponde àqueles trabalhadores que moram com as suas famílias no próprio estabelecimento que trabalham, ou seja, possuem as suas residências nos estabelecimentos rurais, e desenvolvem atividades agrícolas para a sua subsistência. São os chamados agricultores familiares. Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, são considerados agricultores e empreendedores familiares rurais aqueles que praticam atividades rurais atendendo, simultaneamente os seguintes requisitos:

- Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos

fiscais;

- Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011).
- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

São também beneficiários desta Lei:

- Silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- Aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- Extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;
- Pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.
- Povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)
- Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. (Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011)

Os demais grupos de trabalhadores são produtores rurais que se inserem no processo de modernização da agricultura através das cooperativas e da agroindústria. Muitos produtores por não conseguirem devido espaço frente ao processo de modernização agrícola afiliam-se a cooperativas ou fazem convênios com grandes empresas produtoras a fim de que possam absorver os benefícios trazidos pelo desenvolvimento agrário.

Outra questão reside no fato da especialização da produção agrícola, atrelada à inter-relação com a sociedade global, proporcionado pela integração da agricultura com outros setores econômicos, como a indústria. Assim, destaca-se, o surgimento de um novo perfil de agricultor, qualificado como individualista competitivo e que questiona o pensamento existente até então dos trabalhadores agrários (ALMEIDA, 2008).

3.3 CONSEQUÊNCIAS TRAZIDAS PELA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Em todo processo desenvolvimentista, independente do setor ao qual isto está inserido, traz consequências positivas e negativas. No campo, isso não é diferente. Se por um lado, a formação do complexo agroindustrial brasileiro, trouxe benefícios por outro lado trouxe também algumas modificações econômicas e sociais no campo.

3.3.1 Desigualdades sociais e regionais no campo

Nesta seção serão analisadas as principais consequências advindas do processo de modernização agrícola, dentre elas a exclusão social e as desigualdades a nível social (condição dos trabalhadores) e regional.

O pensamento de Balsan (2006, p. 3) enfatiza as principais transformações advindas da relação entre o desenvolvimento da agricultura e o surgimento de complexos agroindustriais no Brasil:

As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são eivadas de desigualdades e privilégios. (...) as reações ocorridas no meio ambiente, uma vez que o uso inadequado do solo para cultivos, sem respeito à sua aptidão agrícola e limitações, tem acelerado os processos de degradação da capacidade produtiva do solo, alterando,

conseqüentemente, o meio ambiente. O manejo, a conservação e a recuperação dos recursos naturais são uma preocupação que atualmente mobiliza o mundo inteiro. Os danos causados à natureza e a crescente destruição do meio ambiente colocam a necessidade da sua preservação e recuperação, buscando formas racionais de produção.

A partir da explanação supracitada, é possível perceber várias alterações no ambiente rural, provavelmente motivado pelo processo de modernização da agricultura. É visto também que os efeitos destas práticas geram efeitos de cunho ambiental e também social.

Fajardo (2008, p. 7) faz um paralelo entre vantagens e desvantagens do processo de modernização agrícola:

Esse processo de modernização foi muito eficiente na sua difusão, pois impôs condições de produção sem as quais se torna inviável qualquer atividade agrária com fins comerciais. Tendo como base principalmente a mecanização, o uso de novos elementos e insumos químicos e biológicos, bem como a aplicação de novas formas de trabalho, as transformações na produção agropecuária foram enormes. De um lado houve um ganho de produção e produtividade com um conseqüente aumento da renda agrícola; de outro estão os resultados trágicos, com a expulsão da mão de obra rural para os centros urbanos ou outras áreas de fronteira agrícola, e ainda, com a exclusão de produtores que não conseguiram incorporar-se à modernização.

A citação acima esclarece quais as principais conseqüências negativas trazidas pela modernização da agricultura. A expulsão da mão de obra agrícola e conseqüente êxodo de trabalhadores para os centros urbanos figura como um dos principais fatores, além da exclusão social de parte dos produtores que não conseguiram integrar-se ao processo de modernização.

Assim, constata-se que as políticas agrárias desenvolvimentistas não se estendem a todos os produtores rurais, muitos destes, geralmente os pequenos produtores não têm acesso ao rol de inovações proporcionado pelo processo de modernização agrícola, esta se concentrando principalmente na mão dos grandes produtores. Este fato acabou gerando desigualdades no campo. Sendo assim, Balsan (2006, p. 3-4) ressalta que:

(...) as tendências do “novo mundo rural” requer que se volte o olhar para esta realidade que, ao mesmo tempo em que tem colocado uma classe da sociedade com o que há de mais moderno na agricultura e pecuária, contraditoriamente, deixa outra, como os agricultores familiares, ou seja, a maioria dos produtores rurais, cada vez mais distantes de tais inovações. É esta categoria que se apresenta cada vez mais próxima do limite de sobrevivência que, atualmente, tem merecido maior preocupação por parte das políticas governamentais, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável no contexto de um “novo mundo rural”. Entretanto, é uma utopia buscar o desenvolvimento local sustentável quando refletimos sobre a idéia de que muitos agricultores familiares são privados até mesmo das condições dignas de sobrevivência.

Percebe-se também, que o desenvolvimento da agricultura não é homogêneo, logo, não se estende a todos os trabalhadores do campo, enquanto alguns desfrutam do que existe de mais moderno, a grande maioria não tem acesso a estas inovações. Dos pequenos agricultores que permaneceram em suas terras, muitas vezes exerciam seu trabalho sob o domínio de grandes produtores, atuando como funcionários “assalariados” do mesmo. Desta forma, o autor denota também a inexistência de condições dignas de sobrevivência dos trabalhadores como uma consequência social trazida pela modernização agrícola.

A modernização da agricultura pode ter gerado também desigualdades regionais. Como a canalização do processo visava à modernização do latifúndio, o capital a ser implantado no campo decodificou diferenças, em que a maior concentração do mesmo foi vislumbrada nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, e na monocultura de produtos fortemente exportáveis como a soja e a cana-de-açúcar. Desta forma, regiões mais pobres como Norte e Nordeste se situaram à margem do processo. Nestas regiões, a predominância era de pequenos produtores e a policultura alimentar. O pensamento de Martine (1990, p. 42) corrobora a explanação acima,

(...) o processo de modernização foi orientado para a modernização do latifúndio, para os grandes proprietários potenciais compradores dos produtos industriais, cuja produção se instalara no Brasil tendo, como base, os complexos agroindustriais, que tinham como função maior o direcionamento da produção para o mercado externo. Diante do exposto e tendo em vista as leis excludentes do capitalismo, não se pode pensar em um processo homogêneo de modernização da agricultura. O capital, ao ser introduzido no campo, reproduziu suas diferenças, gerando um processo de modernização heterogêneo, excludente e parcial. A

modernização agrícola concentrou-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e na monocultura de produtos exportáveis, como soja e cana-de-açúcar, deixando à margem regiões mais pobres, Norte e Nordeste, onde predominam os pequenos produtores e a policultura alimentar.

Neste contexto, conclui-se que o objetivo primordial dos complexos agroindustriais, que seria o direcionamento da produção objetivando exportação, e que o processo de modernização se procedeu de forma heterogêneo não somente em nível dos trabalhadores, mas também sob análise a nível regional. Os pequenos produtores não tinham acesso às inovações proporcionadas pela modernização agrícola, as regiões mais pobres como Norte e Nordeste também não desfrutavam do capital exaurido pelo processo, ao passo que os maiores beneficiados eram os grandes centros agrícolas do país, localizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, especializados na monocultura de produtos exportáveis.

Desta forma, é possível dizer que o processo de modernização agrícola adotada no Brasil reúne em sua estratégia conservadora alguns adjetivos capitalistas, como concentrador, dominador, exportador e excludente. (Balsan 2006).

Com isso, como já era esperado, o nível de emprego no campo foi alterado com o desenvolvimento do processo de modernização da agricultura. Para os pequenos produtores, a crescente implantação de máquinas e equipamentos modernos no processo produtivo prejudicou radicalmente suas vidas. Isso ocorreu porque eles não tinham como competir com ambientes agrícolas, com equipamentos modernos. É importante frisar também que os níveis de instabilidade e exploração se diferem em áreas mais organizadas e capitalizadas daquelas áreas mais pobres.

3.3.2 A redução no número de estabelecimentos agropecuários

A tabela 3.3 demonstra o decaimento do número de estabelecimentos rurais verificado no Estado entre os anos de 1970 -2006. No período em que se inicia o processo de modernização agrícola (1970) o Paraná dispunha de 554.488 estabelecimentos agropecuários em seu domínio. Este número sofre uma redução significativa, em comparação à década seguinte (1980), em que são verificados

454.103 estabelecimentos. Ou seja, uma redução de quase 20% neste número. Ao analisar a redução do número deste tipo de propriedade durante todo o período compreendido pela tabela, constata-se uma redução de pouco mais de 33%.

Por outro lado, através dos dados dispostos na Tabela 3.4, é possível perceber que a área ocupada por estabelecimentos agropecuários aumentou. Em 1970, a área destinada a estes estabelecimentos era de 14.625.530 hectares, a proporção entre a área e o número de estabelecimentos era de 1 para 26,3, isto é, cada propriedade dispunha em média de 26,3 hectares. Na década de 80, esta proporção aumentou para aproximadamente 36 hectares por propriedade, ao passo que no ano de 2006, esse número aumenta ainda mais, são aproximadamente 41,2 hectares por propriedade. Isto demonstra claramente um aumento na área das propriedades em geral e através desta análise pode-se dizer que paralelamente à queda no número de estabelecimentos existe uma tendência de aumento da área das propriedades verificadas no período compreendido entre os anos de 1970 e 2006.

**TABELA 3.3 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PARANÁ
1970 - 2006**

Ano	Número de Estabelecimentos Agropecuários
1970	554488
1975	478453
1980	454103
1985	466397
1996	369875
2006	371051

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários 1970-2006.

NOTA: Elaboração Própria

TABELA 3.4 ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NO PARANÁ 1970 – 2006

Ano	Área dos Estabelecimentos Agropecuários
1970	14.625.530
1975	15.630.962
1980	16.330.330
1985	16.698.864
1995	15.946.632
2006	15.286.534

FONTE: IBGE (Censos Agropecuários 1970-2006)

NOTA: Elaboração Própria

Restringindo esta análise, tendo como objeto de estudo apenas às grandes propriedades, com mais de 1000 ha, é claro o grande aumento no número destas propriedades, atingindo seu ápice no ano de 1980. Neste ano, ao confrontar os dados de dez anos atrás (1970) é possível perceber um aumento de mais de 1.000.000 no número de grandes propriedades, esta variação corresponde a um aumento de mais de 36% neste número. Desta forma nota-se o aparecimento de grandes propriedades, em substituição às pequenas propriedades existentes até então entre as décadas de 70 e 80.

TABELA 3.5 – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM 1.000 HA OU MAIS NO PARANÁ 1970 – 2006

Ano	Área dos Estabelecimentos Agropecuários
1970	2.732.391
1975	3.439.012
1980	3.736.644
1985	3.707.566
1995	3.197.940
2006	2.954.951

FONTE: IBGE (Censos Agropecuários 1970 -2006)

NOTA: Extraído de IPARDES (2009)

3.3.3 O êxodo rural

Uma das consequências mais marcantes do processo de modernização da agricultura é o êxodo rural vivenciado no meio rural paranaense a partir da década de 70. O crescimento da população rural (verificado no Estado no período de 1920 – 1960) atinge seu ápice na década de 70, atingindo a marca de 4.472.561 habitantes. Utilizando-se os dados da tabela 3.5, relacionada abaixo, corrobora-se o imenso crescimento populacional vislumbrado no período de 1940 – 1970, atingindo um percentual de aumento próximo a 375%.

No entanto, a partir da década em que se difunde a modernização agrícola no Estado (1970) o que se vê é uma redução no índice demográfico da população rural no Paraná, coincidindo com incrementos marginais crescentes na população urbana. No período correspondido pelos anos 1970 – 2010 destaca-se uma evasão no número de habitantes nos campos do Estado. A diferença populacional neste período é de 2.892.331 habitantes, ao passo que no meio urbano, o aumento verificado é de 6.402.064. O total da população no Estado, durante este período aumentou o que demonstra claramente a existência do êxodo rural no estado, provocado, muito provavelmente, pela inclusão de máquinas e tratores em substituição a mão de obra braçal no meio rural (Tabela 2.9).

TABELA 3.6 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL NO PARANÁ NO PERÍODO DE 1940 A 2010

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Pop. Urb.	302.272	528.288	1.305.927	2.504.378	4.472.561	6.197.953	7.786.084	8.906.442
Pop. Rural	934.004	1.587.259	2.962.312	4.425.490	3.156.831	2.250.760	1.777.374	1.533.159
Pop. Total	1.236.276	2.115.547	4.268.239	6.929.868	7.629.392	8.448.713	9.563.458	10.439.601

FONTE: IBGE (Censos 1940 – 2010)

NOTA: Elaboração própria

Del Grosi (2002, p. 53) também destaca o êxodo rural vislumbrado no Estado na década de 70. Desta forma:

Os dados dos Censos Agropecuários apontam para um grande êxodo rural nos anos 70, advindos da intensa modernização tecnológica da agropecuária paranaense. Nos anos 70 quase um milhão de pessoas deixaram as zonas rurais paranaenses, migrando ou para grandes centros urbanos, ou para as novas regiões de fronteiras. Não somente a zona rural experimentou este despovoamento, mas também inúmeras pequenas.

Sobre o êxodo rural no Paraná e os fatores determinantes Fleischfresser (1988) afirma que:

(...) Esse movimento que eclodiu na década de 70, já se encontrava em estado latente a partir de segundo quinquênio dos anos 60, devido a erradicação dos cafezais. Só que neste período, a população excedente dos cafezais localizados no Norte do Paraná se deslocava em direção as "fronteiras agrícolas" no Estado. Entretanto, nos anos de 70, quando gradativamente se esgota, concomitante ao processo e intensificação no uso da modernização tecnológica (caracteristicamente poupadora de mão-de-obra) e a substituição de culturas, agora não mais somente o café, mas também alimentares, por soja e pecuária, verifica-se uma notável evasão da população residente no meio rural. (FLEISCHFRESSER, 1988, p.21).

Os autores, ao constatarem o êxodo rural no Paraná na década de 70, com base no censo agropecuário, atribuem este fenômeno à modernização da agricultura no Estado.

De fato, mecanização no campo, aliada à concentração das propriedades nas mãos de grandes produtores e empreendedores, aliadas, às prerrogativas anteriormente exposto como o cultivo em grandes áreas, cuja produção é voltada para o mercado exportador, fatalmente irá gerar a expulsão de trabalhadores e pequenos produtores do meio rural.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade agrícola foi de a principal motivadora da formação econômica paranaense. Baseando-se no referencial teórico apresentado, primeiramente vale enfatizar as fases do processo de ocupação do território paranaense propostas por Konzen e Zapparoli (1990), em que destacam-se as atividades do tropeirismo, que contribuíram bastante para o surgimento de cidades como Ponta Grossa, Palmas e Guarapuava. Em um segundo momento, menciona-se a Erva- Mate, com grande participação em todo o período colonial paranaense. Mais tarde o foco se volta para a cafeicultura, que foi radicada principalmente no Norte do Estado, gerando riqueza e renda em todo o Paraná, que chegou a responder por quase 50% de toda a produção nacional no final dos anos 60.

Faz-se necessário discorrer sobre a propriedade da terra no Paraná, bem como a sua colonização. A princípio o regime de propriedade da terra era baseado nas sesmarias, com a promulgação da primeira constituição federal é que são atribuídas prerrogativas para que os Estados pudessem definir o destino de suas terras devolutas. No entanto, somente com a promulgação da Lei de Terras de 1850, que proibia o tráfico de escravos, e após o processo de emancipação do Estado em 1853 é que mecanismos são criados na tentativa de frear os meios ilícitos de conquista das terras. Neste contexto, vivenciava-se uma situação de escassez de mão de obra e produção limitada de gêneros alimentícios. Hauresko e Moteka (2008) destacam em suas análises o trabalho proposto por José Martins Ferreira de Abreu, em que se enfatizou a necessidade da criação de medidas que serviriam para definir a profissão do agricultor, baseado principalmente no quesito “paixão pela terra”. Neste panorama, a mão de obra imigrante viria a contribuir para estas falhas observadas na economia do Estado, igualmente, ocorria a necessidade de uma concentração de culturas que com maior valor agregado, que pudesse contribuir para a geração de riqueza e renda no Estado.

Ao final do processo de colonização, existiam quatro grandes categorias de posse da terra, segundo a sua condição legal: Próprias, Arrendadas, Ocupadas e Mistas. Assim, visualizava, nos anos 60 e 70, uma maior quantidade, tanto de número de estabelecimentos, quanto de área, das terras ditas “próprias”. Conforme a categoria

dos produtores, que estavam ocupando estas terras, o maior número de estabelecimentos e área é verificado na categoria de proprietários, em consonância com as terras legais próprias. As outras categorias de proprietários que detinham a posse das terras eram os arrendatários e parceiros, e os ocupantes, ou posseiros.

Com relação às categorias de uso da terra, são consideradas: lavouras permanentes e temporárias, pastagens naturais e plantadas, matas e florestas naturais e plantadas e terras incultas ou improdutivas. No período pós-colonização do Estado (1960-1970), vislumbra-se um grande crescimento na área das pastagens plantadas, e um crescimento considerável nas lavouras temporárias presentes nas terras do Estado. Após o período de 1970, verifica-se uma consolidação ainda maior da categoria de posse das terras dos proprietários. As terras pertencentes a essa categoria atingiram 71,03% das terras, dos estabelecimentos agropecuários do Estado, este número atinge 10.908.965 ha em área em 2006.

No quesito utilização das terras, ocorre maior predominância de lavouras temporárias (35,94%), seguido pelas pastagens plantadas (22,21%) em 2006. No período de 1960-70, visualiza-se um crescimento no número de estabelecimentos e área, bem como um acréscimo na área média e mediana das propriedades.

É sumariamente importante mencionar que, no ano de 1970, inicia-se um processo de desaparecimento do número de estabelecimentos agropecuários. No período compreendido entre 1970-2006, ocorre uma redução de mais de 180.000 no número de estabelecimentos agropecuários. Paralelamente a isso, verifica-se um aumento na área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, passando de 14.625.530 em 1970, para 15.286.534 em 2006. O apogeu deste processo é em meados da década de 80, em que, ao comparar com os números da década de 70, é possível perceber um aumento de mais de 1.000.000 no número de grandes propriedades, esta variação corresponde a um aumento de mais de 36% neste número.

Isto pode ser explicado pela alavancagem do processo de modernização da agricultura. Antes deste fenômeno, no Paraná, vivenciava-se o predomínio da cafeicultura, cultivada em pequenas áreas, cuja mão de obra era assalariada, composta principalmente de arrendatários de terras (além daqueles que detinham as terras). A partir do momento em que se desenvolve a cultura da soja, e juntamente com ela, todo

o aparato inovador algumas mudanças são presenciadas na economia e no panorama agrícola do Estado.

A soja é cultivada em grandes extensões de terra e possui facilidades de mecanização total de seu cultivo. O estabelecimento de um parque industrial de processamento de soja, de máquinas e de insumos agrícolas, em contrapartida aos incentivos fiscais do governo, disponibilizados tanto para o incremento da produção, quanto para o estabelecimento de agroindústrias favoreceu a difusão desta cultura. Em outras palavras a soja era a cultura que atingia os objetivos da política agrária brasileira dentro do contexto da modernização agrícola.

A transformação do meio rural paranaense não se deu apenas no campo das inovações, de novas culturas, como a soja, ou de um nível maior de riqueza gerada. Além que foi mencionado acima, o processo de modernização da agricultura trouxe algumas outras consequências.

O crescimento da população rural do Estado atinge o seu ápice em 1970. No entanto, ao analisar, em um segundo momento, o período 1970-2010, a população rural paranaense se reduz em 2.892.331 habitantes. A cultura da soja/trigo era cultivada via utilização de herbicidas, fertilizantes e máquinas agrícolas, que dispensam o trabalho humano.

Desde o período final da colonização paranaense (1960), o que se vê é o predomínio ainda maior do número de propriedades e área dos proprietários das terras, ao passo que para aqueles outros produtores que apenas detinham a posse da terra, como arrendatários e parceiros, ou apenas ocupantes, e que já estavam em condições desfavorecidas, seja em número de propriedades ou em área, tiveram, no decorrer dos anos (até 2006), uma diminuição ainda maior de sua representatividade. O interessante é que este fenômeno ocorre, coincidentemente, com o avanço do processo de modernização agrícola. Apenas para ilustrar, em 1970, existiam 18.619 tratores no Paraná. Em 1980 este número é maior do que o quádruplo do apresentado para 1970: 81.727 tratores, atingindo 121.827 em 1996 até sofrer uma pequena redução de pouco mais de 10.000 em 2006.

A modernização agrícola expulsou os de trabalhadores e pequenos produtores do meio rural, além de ter gerado desigualdades entre estes trabalhadores que ficaram

no campo, que muitas vezes não tinham acesso às inovações trazidas pelo processo de modernização. Esta desigualdade atingiu também as regiões, que, em forma de fluxo de causação circular, favorecia regiões mais abastadas, e mais aptas e acessíveis para receber as inovações e investimentos que o processo de modernização trouxe.

No período pós-colonial (1960) até o último censo agrícola (2006), simultaneamente observa-se, a evolução da modernização da agricultura, o êxodo rural, a queda no número de estabelecimentos agropecuários, o aumento da área dos estabelecimentos (o que irá demonstrar a queda no número das pequenas propriedades) e o aumento do número de terras e da área destinados a categoria de grandes proprietários, o que confirma a expulsão dos pequenos produtores das terras do Estado, e o aumento das desigualdades sociais e regionais do campo, pois se por um lado, se tem as facilidades e o aumento da produtividade, e do capital investido na agricultura, por outro lado, as consequências trazidas por este processo influenciou muito negativamente na distribuição de renda no campo e na qualidade de vida dos pequenos produtores

5 REFERÊNCIAS

- AGRA, Nadine G. **Agricultura Brasileira: Situação Atual e Perspectivas de desenvolvimento**. Universidade Federal da Paraíba. 2000
- ALMEIDA, Jalcione.; NAVARRO, Zander.(Org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- ANDRIOLI, Antônio, I. **A atualidade de Marx para o debate ambiental**. 2009. Revista espaço acadêmico Universidade Estadual de Maringá - UEM.
- BALSAN , Rosane. **Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BELUSSO, Diane. e SERRA, Elppídio. **Caracterização sócio-espacial da agricultura no oeste paranaense: um estudo de caso em Palotina -PR**. Agrária, São Paulo, Nº 4, pp. 20-39, 2006
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. **O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3, jul./set., 1953.
- CAMPOS, Margarida C. **MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, EXPANSÃO DA SOJA NO BRASIL E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO PARANÁ**. Revista Geografar www.ser.ufpr.br/geografar Curitiba, v.6, n.1, p.161-191, jun./2011.
- CAVALHEIRO, Maria Eloísa, et al, **Microrregiões de Carazinho e Passo Fundo no Rio Grande do Sul: Análise Comparativa das Potencialidades e Carências**; Disponível em < <http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos> >, acesso em 14 de abril de 2012.
- COSTA, Vera Mariza.H. de M; HESPANHOL, Rosangela A. de M. **A agricultura familiar em municípios selecionados da microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP: caracterização e interpretação**. Boletim de Geografia. Maringá, v.01, n.01, p.01-11, 2002.
- DELGADO, Guilherme, C. **Capital e política agrária no Brasil : 1930-1980**. In: SZMRECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. história econômica do Brasil contemporâneo. São Paulo: EDUSP, 2002. 1996
- DEL GROSSI , Mauro E. **Transformações no meio rural paranaense** Doutorado/UNICAMP .2002

FAJARDO, Sérgio. **Colonização e a formação econômica do município de Mandaguari/ PR.** Rev. Ciên. Empresariais da UNIPAR, Umuarama, v.7, n.1, jan./jun. 2006

FAJARDO, Sergio. **Aspectos da ocupação, da formação da estrutura produtiva e das transformações na paisagem rural no território paranaense.** Revista Caminhos da geografia - Uberlândia, v.7 n.20 Fev/2007.

FAJARDO, Sérgio. **Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do paraná.** Caminhos da geografia. Uberlandia. Instituto de Geografia – Universidade Federal Uberlândia. 2008.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988,154p.

GASPARETO, Antonio Ap. **N.O Capitalismo e a Política Agrária a partir da década de 60: Migração e Urbanização Paranaense.** 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J; KAGEYAMA, A. **Do complexo rural aos complexos agroindustriais.** In: GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP: 1996. cap. 1, p. 1-40

HAURESKO , Cecilia; MOTEKA , Gabriel. **A pequena propriedade agrária no Paraná Tradicional: Origem, Localização e Caracterização.** Simpósio de pós graduação em geografia do Estado de São Paulo - SIMPGEO. Novembro 2008. Rio claro São Paulo. Unesp

IPARDES – **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Subdivisão, Posse e Uso da terra.** CODESUL. 1976.

IPARDES – **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** Leituras Regionais, Curitiba, 2004.

KONZEN, Otto; Guilherme; ZAPAROLLI, Irene Domenes. **Estrutura agrária e capitalização da agricultura no Paraná.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, 28 (4): 155-173. Out./Dez. 1990.

LIMA, J.F, RIPPEL, R. e STAMM, C. **Notas sobre a formação industrial do Paraná - 1920 a 2000.** Publicações UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Línguas, Letras e Artes, p. 53-61. Ponta Grossa, Jun. de 2006.

MACHADO, P. B. *et al.* **Campos Gerais - estruturas agrárias.** Departamento de História da Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 1968.

MAGALHÃES FILHO, F. **Evolução histórica da economia paranaense**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES. jan./fev., 1972.

MARTINE, George. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira. Planejamento e Políticas Públicas**, v.1, n.3, p.3-44, jun. 1990.

MELO, Nildo A. **Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: A modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa vilas rurais no norte do Paraná**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v.1, janeiro a junho de 2011, p. 58-76

MELLO, Débora, L. **Estratégias de reorganização institucional da pesquisa agrícola: o caso do IAPAR**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.11, n.1/3, p.76-98, 1994.

MÜLLER, Geraldo. **As relações micro-macro e indústria agroalimentar: o poder econômico e a pesquisa em ciências sociais**. Rascunho. Araraquara, n. 1, p. 1-53, jun. 1989.

PADIS, Pedro, C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1981.

ROLIM, Cássio.F.C. **O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, N.86, set./dez.1995, pp.49-99.

SERRA, Elpídio. **Contribuição no estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná: o caso da cooperativa de cafeicultores e agropecuaristas de Maringá**. (Dissertação de Mestrado) Rio Claro, SP: Unesp, 1986, 251p.

SERRA, Elpídio. **A Reforma Agrária e o Movimento Camponês no Paraná**. In: XI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Anais, vol.II. Maringá: UEM, 1992, pp.108-138.

SERRA, Elpídio. **COLONIZAÇÃO, USO DA TERRA E CONFLITOS RURAIS NO PARANÁ**. 2009. Universidade Estadual de Maringá/Programa de Pós-Graduação em Geografia

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SZMERECSÁNYI, Tamás.; RAMOS, Pedro. **O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira**. In: SZMERECSÁNYI, T.; SUZIGAN, W. história econômica do Brasil contemporâneo. São Paulo: EDUSP, 2002. 1994

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos: história do Oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.

WACHOWICZ, R. C. **Norte velho, Norte Pioneiro**: Curitiba, Paraná, Vicentina, 1987.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

www.agricultura.gov.br. Acesso em 10/07/2012

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acesso em 20-11-2012

[http://www.sidra.ibge.gov.br/ séries históricas](http://www.sidra.ibge.gov.br/séries históricas). Acesso em 05/09/2012

<http://www.ipea.gov.br/>. Acesso em 03/03/2013